



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**Eryka Araújo Portela Saboia**

**“Chile em Chamas”: Uma análise histórica dos testemunhos do *Estallido Social***

Brasília

2024



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**Eryka Araújo Portela Saboia**

**“Chile em Chamas”: Uma análise histórica dos testemunhos do *Estallido Social***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História

**Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres**

**Brasília, setembro de 2024**

**RESUMO**

Esta pesquisa investiga historicamente o contexto que levou ao chamado *Estallido Social* no Chile em 2019, e mais especificamente analisa as reivindicações quanto a desprivatização da educação, da previdência e da água no país. Foi utilizada como base a obra *Chile em Chamas*, do coletivo Tinta Limón, que é composta por entrevistas com líderes de movimentos que participaram dos protestos no país. A pesquisa abrange o período das reformas constitucionais da década de 1980 durante a ditadura, até os dias atuais, analisando os protestos dos estudantes secundaristas em 2006, conhecido como a “Revolta dos Pinguins” e os dos universitários em 2011. É investigado também o funcionamento das Administradoras de Fundo de Pensões e como a cúpula militar, aliada ao empresariado lucraram com a privatização da previdência social. E, por fim, analiso a questão da água, como sua privatização gerou não apenas impasses no âmbito jurídico, mas também ocasionou crises ambientais no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Chile, Estallido Social, neoliberalismo, ditadura chilena

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO COMO LUCRO E COMO RESISTÊNCIA.....</b>	<b>10</b>
1.1 As reformas educacionais e a “Revolta dos Pinguins”.....	10
1.2 Os protestos universitários de 2011.....	18
<b>CAPÍTULO II - A NEGAÇÃO DO DIREITO DE ENVELHECER.....</b>	<b>22</b>
2.1 O desenvolvimento do neoliberalismo anterior ao golpe.....	22
2.2 A privatização da previdência chilena.....	26
<b>CAPÍTULO III – TUDO É MERCADORIA, INCLUSIVE A ÁGUA.....</b>	<b>33</b>
<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

A História Social é um campo de ampla discussão e tradição dentro da disciplina de História, colocando as sociedades como o centro do estudo. Ao definirmos o campo teórico em que um trabalho se situa, podemos ter dificuldade em encaixá-lo apenas em um, pois a história é dinâmica e separá-la em “setores” bem definidos prova-se mais difícil do que parece. Além disso, não é apenas os diferentes campos teóricos da história que se relacionam. Por ser um campo abrangente, a própria disciplina História se relaciona com outras áreas das ciências humanas, sendo a mais notória a sociologia. Em tudo que é humano há história. História da ciência, história das cidades, história da arte, história da computação, entre muitos outros. Não é de se estranhar, portanto, que acabamos por nos interligar aos outros campos de estudo, tendo a sociologia, em particular, como centro do debate ao estudarmos sociedades e até mesmo, movimentos sociais.

Dessa forma, Hobsbawm discute sobre como o termo “história social” é de difícil definição, porém, em termos gerais, era previamente utilizado quando três temas centrais eram discutidos. O primeiro era a “história das classes pobres ou inferiores, e mais especificamente à história de seus movimentos [...]”<sup>1</sup> A segunda instância em que era usado tratava de “trabalhos sobre uma diversidade de atividades humanas de difícil classificação [...]”<sup>2</sup>, sendo este não restrito às classes mais baixas, pelo contrário, Hobsbawm pontua que esse tema tratava do oposto. A terceira ocasião era quando o termo “social” era aplicado juntamente com a história econômica.<sup>3</sup>

Assim, a história social mostrava-se ampla e abarcava quase todos os cenários possíveis que não se enquadrassem na história política, que era majoritária na academia durante o início da disciplina. Peter Burke nos conta como os historiadores Lamprecht, Turner e Robison, Febvre e Bloch eram avessos a esse tipo de estudo e procuraram implementar uma história mais ampla, que pudesse abranger todas as atividades humanas.<sup>4</sup> Aliado a isso, Braudel expressa as semelhanças entre história e sociologia ao explicar como as duas procuram estudar a experiência humana de forma holística, portanto, são disciplinas que devem estar em contato permanente para atingir seus objetivos.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.69

<sup>2</sup> Ibidem

<sup>3</sup> Ibidem, p.69-70

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.30

<sup>5</sup> BRAUDEL apud BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.31

Para olhar seu objeto de estudo como um todo, portanto, a história social surge e se consolida dentro da academia. Reforçando essa característica primária, Hobsbawm diz que a história social não se trata apenas de mais uma especialização, pois seu foco não pode ser dividido como as demais áreas: “O historiador das ideias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencia um dos dois não irá muito longe.”<sup>6</sup>

Com isso, Hobsbawm formula que ao estudarmos a história da sociedade, devemos combinar dois modelos existentes – história conjectural e história comparativa. Não é possível fazer uma análise ampla de uma sociedade (ou sociedades) humana utilizando apenas um desses métodos. Caso contrário, como previamente dito, alguma parte crucial será ignorada e o trabalho estaria incompleto. Para além dessas razões, o autor ainda nos esclarece:

A história das sociedades exige que apliquemos, se não um modelo formalizado ou elaborado de tais estruturas, pelo menos uma ordem aproximada de prioridades de pesquisa e uma hipótese de trabalho sobre o que constitui o nexo central ou complexo de conexões de nosso tema, ainda que, naturalmente, essas coisas impliquem um modelo.<sup>7</sup>

Assim, o presente trabalho busca trabalhar historicamente os motivos que levaram às ruas os manifestantes de outubro de 2019 no Chile, no que ficou conhecido como *Estallido Social*. Podendo ser traduzido como “Explosão social”, foi a série de protestos que, entre outras reivindicações, estava a de uma nova Constituição que substituísse a vigente de 1980, herdada da ditadura militar. Os protestos foram caracterizados pela violência da retaliação do governo e dos *carabineiros* (a polícia chilena), o que fez que em 2020, mais de 360 pessoas estavam cegas de pelo menos um olho devido aos ferimentos por balas de borracha<sup>8</sup>. É registrado também, diversos casos de violência sexual contra as mulheres em repressão aos protestos. utilizando como fontes as entrevistas compiladas no livro *Chile em Chamas*, focando em especial nas reivindicações sobre as questões da educação, da previdência e da água. Para isso, irei utilizar como base para análise historiográfica a série de livros *História Contemporânea Chilena* do historiador Gabriel Salazar, que apresenta o contexto histórico e econômico à época das reformas perpetuadas pela ditadura militar. Para auxiliar no entendimento e pesquisa, serão utilizados também os trabalhos dos autores Bellei, Cabalin e Orellana que dão o panorama histórico sobre os protestos estudantis de 2011; Mesa-Lago sobre a reforma do sistema de

---

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.72-73

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.78

<sup>8</sup> MAIS de 360 chilenos começam o ano com lesões oculares devido à repressão policial. In: *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/03/mais-de-360-chilenos-comecam-o-ano-com-lesoes-oculares-devido-a-repressao-policial>

previdência e suas consequências, e Budds sobre a questão histórica da gestão dos recursos hídricos do país e a problemática da administração da máquina do Estado pelos militares no geral. Para isso, a pesquisa irá abranger o período histórico da subida de Pinochet ao poder, em 1973 com o golpe de Estado, até os dias atuais, com os governos democráticos.

A implantação do neoliberalismo no Chile, entretanto, não se inicia com a subida de Pinochet ao poder, mas já estava sendo implantado desde a década de 1950, com planos de golpe de Estado para levar o projeto a cabo. É só após o início do governo de Salvador Allende que as elites neoliberais se veem realmente ameaçadas, justificando o golpe militar em 1973.<sup>9</sup> Entretanto, com o fim negociado do período ditatorial chileno na década de 1990, o país entra em uma era democrática que, em termos econômicos e sociais, não vê grandes rupturas em relação à ditadura vivida anteriormente. Pelo contrário, o neoliberalismo feroz implantado no Chile é continuado com os governos eleitos que, apesar de democráticos, ainda representam os interesses das elites ligadas aos militares.

Assim, várias revoltas tomam conta do país, como as dos Pinguins<sup>10</sup> em 2006 durante o governo de Michelle Bachelet, recém-empossada. Os estudantes reivindicavam uma reestruturação geral do ensino no país, que até hoje é encarado pela visão mercadológica. Entre suas reivindicações figuram o passe estudantil gratuito e unificado, o fim da municipalização do ensino e a gratuidade da Prueba de Selección Universitaria.<sup>11</sup> Muitas das questões que levaram esses secundaristas às ruas continuam sendo motivo de descontentamento. O movimento estudantil chileno mostra-se, então, amadurecido como movimento social, estando na liderança de grandes reivindicações, como a dos Pinguins, e como a de outubro de 2019, iniciado por estudantes que decidiram pular as catracas devido às altas tarifas do transporte público. A mobilização dos secundaristas chamou a atenção de outros setores da sociedade chilena que se uniram aos protestos. Algumas das reivindicações dos secundaristas de 2006 continuam a ser pleiteadas nos protestos mais recentes, como o fim da municipalização do ensino. Jorge Sharp, entrevistado por Tinta Limón (Coletivo editorial argentino, autor da obra analisada), expõe sua insatisfação acerca do assunto:

[...] as municipalidades têm sido parte do problema. São instituições nas quais a mescla entre os interesses públicos e privados está na ordem do dia. As práticas de

<sup>9</sup> SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile III: la economía: mercados, empresarios y trabajadores*. Santiago: LOM Ediciones, 2002, p.47-48

<sup>10</sup> Como eram chamados os estudantes secundaristas, idevido à semelhança do uniforme com a pelagem do animal.

<sup>11</sup> ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.13, nº 38, maio a ago/2008, p. 203

corrupção reproduzidas nos municípios são tão graves e ultrajantes quanto em nível nacional.<sup>12</sup>

Uma das maiores críticas dos protestos do *Estallido Social* quanto à educação do país diz respeito às privatizações – tanto no âmbito secundarista quanto universitário – que tiveram continuidade mesmo após o fim da ditadura. Uma das entrevistadas da obra analisada, Camila Rojas<sup>13</sup> relata como, apesar de haver participação da iniciativa privada, o Estado ainda arca com as despesas:

Observando os últimos trinta anos, percebe-se que há mais investimento em educação hoje que nos anos 1990. Mas o que se investe vai parar nas mãos da iniciativa privada, que prove esses serviços. Tudo é um negócio baseado em um tipo de Estado “subsidiário”, que é um Estado muito grande, mas apenas para entregar subsídios ao setor privado.<sup>14</sup>

Em outra entrevista, com representantes do coletivo *Vitrina Dystópica*<sup>15</sup>, é revelado como a educação pública chilena utiliza-se colégios profissionalizantes para manter os jovens das classes mais baixas marginalizados e fora da educação superior, essa sendo mais acessível para os participantes dos Colégios Emblemáticos:

[...] entre 2006 e 2011, crescem os institutos profissionais, que foram uma grande jogada do neoliberalismo. Quando se põe em crise o modelo educativo, reinventam sua estratégia e começam a criar ofertas estudantis de nível superior. [...] E começam a proliferar os institutos profissionais por todos os lados. Carreiras técnicas, principalmente. Quem são os que estudam em um instituto profissional? Os estudantes pobres, das escolas municipais, periféricas.<sup>16</sup>

Por outro lado, uma reivindicação mais conhecida, que há pouco tempo se tornou notícia nos jornais brasileiros, diz respeito às AFP, o sistema de pensões chilenos. Nesse sistema, reformado em 1981 por Pinochet, as pensões dos cidadãos são formadas no modelo de capitalização individual, com as contribuições acontecendo por meio de cotas obrigatórias ou não obrigatórias. Esses fundos de capitalização são administrados pela AFP (Administradoras de Fundos de Pensões), entidades privadas que tem liberdade para aplicar o dinheiro das pensões em fundos no mercado financeiro, assim “a aposentadoria ou pensão do contribuinte varia de acordo com o valor do rendimento da sua cota individual.”<sup>17</sup>, tornando a renda insuficiente para os aposentados sustentarem-se. Assim, Luis Mesina, um dos entrevistados,

<sup>12</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.89

<sup>13</sup> Posteriormente eleita a deputada mais nova do Congresso chileno, com 28 anos, pela *Frente Amplio*, além de ter histórico de atuação no movimento estudantil.

<sup>14</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p. 107

<sup>15</sup> Coletivo chileno que promove intervenções artísticas antissistema pelas ruas do país

<sup>16</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p. 166

<sup>17</sup> COSTA, Brenda L. S.; SENNA, Mônica de C. M. O modelo privatizado da previdência social chilena e a pandemia de covid-19: legado e tendências da desproteção social. In: *O social em questão*. Ano XXV, nº 52, jan a abr/2022, p. 71



líder do movimento *No+AFP*, afirma que muitos dos indicadores positivos que o Chile apresenta, como expectativa de vida e renda per capita, não são frutos das políticas neoliberais, mas sim mais antigas. Cita como exemplo a política de meio litro de leite para crianças nas escolas, implementada por Allende, que impactou diretamente na expectativa de vida da população.<sup>18</sup>

Mesina, como líder do movimento contra as AFP, relata da dificuldade de acabar com esse sistema que prejudica a população, pois há em exercício mecanismos que impedem a estatização de certos setores:

[...] é vetada a atuação [do Estado] em área onde intervém o setor privado. O Estado chileno não pode, por exemplo, criar um organismo público que administre um novo sistema de previdência social. Por que? Porque existem as AFP, e o Estado se intrometer em um âmbito privado, cabendo-lhe uma sanção.<sup>19</sup>

Outra reivindicação proeminente durante os protestos foi a questão da água, severamente privatizada no Chile. Como nos mostra Jessica Budds, a privatização da água foi mais importante para a consolidação do neoliberalismo no país, bem como das elites e corporações, não apenas na ditadura, mas também durante o período democrático que se segue, do que antes se achava. Isso pois, no capitalismo, a água age como um “lubrificante”, já que ela é necessária para a produção de todas as atividades econômicas, o que torna a água um recurso estratégico altamente valioso e disputado para a acumulação de riqueza. Entretanto, com o neoliberalismo, “a própria água se transforma em um recurso de acumulação.”<sup>20</sup> Portanto, quem detém os direitos de propriedade da água, está duplamente beneficiado no sistema neoliberal, concentrando um enorme poder de barganha sobre os outros setores.

Nasce, então, o *Movimiento por el Agua y los Territorios* (MAT), com um foco no retorno da água não para o Estado em si, mas para os povos que ocupam o território chileno, pois o Movimento se entende como plurinacional. Uma de suas integrantes é entrevistada no livro, Francisca “Pancha” Fernández, que, durante sua fala, expõe o caráter antineoliberal do Movimento, sua oposição ao chamado “capitalismo verde” e a luta contra a mudança climática:

[...] o Mat não espera uma nacionalização da água, não só por não parecer haver, dentro do Estado neoliberal, possibilidade de propor a nacionalização, mas porque, ademais, nos entendemos como um movimento “plurinacional”. E somos distintos povos em um processo de recuperação territorial e, conseqüentemente, da água. A ideia de ‘gestão comunitária da água’ é uma fórmula que propomos para pensar

<sup>18</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.130

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.135

<sup>20</sup> BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31, 2013, p. 302-303

mecanismos específicos de gestão desse bem natural, com toda a diversidade que ela implica.<sup>21</sup>

A passagem do controle da água para os povos do Chile mostra como a questão da água vai além apenas de seu uso, mas também perpassa sobre o reconhecimento e autonomia de diversas etnias que vivem no território, mas não se consideram unicamente chilenos. Os direitos sobre esse recurso natural estão intrinsecamente ligados à luta dos indígenas da região e à manutenção do Estado neoliberal.

Por essas razões, é possível ver como o neoliberalismo implementado afincado pela ditadura de Pinochet repercute até os dias atuais no país. Tendo se tornando um grande laboratório para o modelo econômico, o Chile luta para deixar o legado autoritário e opressor do neoliberalismo para trás, ao mesmo tempo em que procura refazer sua sociedade em um novo modelo mais justo e equitativo para todas as camadas. Gabriel Boric, eleito em 2021, e um dos líderes do movimento estudantil chileno vem com a então promessa de uma nova Constituição – dessa vez democrática – e de uma ruptura com o passado ditatorial. A eleição de Boric acontece, também, como resultado direto dos protestos em 2019, fato ainda mais claro quando o Presidente chileno diz, durante sua campanha, que se o Chile foi o berço do neoliberalismo, também será sua tumba.

Dessa forma, a pesquisa busca entender os fatores internos e externos que motivaram as reformas implementadas por Pinochet, bem como suas consequências na vida dos cidadãos chilenos, culminando no *Estallido Social*. Com a análise dos fatos que levaram às reformas sociais com a outorga da nova Constituição autoritária, essa pesquisa tem o objetivo de ampliar e contribuir com o debate sobre a atuação do neoliberalismo na América Latina e aos interesses de quem ele serve.

## **CAPÍTULO I – A Educação como lucro e como resistência**

### 1.1 As reformas educacionais e a “Revolta dos Pinguins”

O Chile possui duas Universidades mais antigas e de tradição, a Pontificia Universidad Católica de Chile e a Universidad de Chile, consideradas assim por terem sido criadas por lei ainda no século XIX (1888 e 1842, respectivamente) e terem sido frequentadas por muitos ex-presidentes do país como Michelle Bachelet, Salvador Allende e Sebastián Piñera, além de

---

<sup>21</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p. 230

outros alunos notáveis como Pablo Neruda. Entretanto, apesar da tradição e reconhecimento do ensino superior chileno, a educação no país vem sendo sucateada ao longo das décadas em todos os seus âmbitos, desde o ensino básico até o superior. Não à toa, os estudantes estiveram – e estão - na linha de frente de protestos contra as diversas medidas neoliberais dos governos chilenos, desde a ditadura, até a Concertación. Tanto a revolta de 2006, quanto a de 2019, foram iniciadas pelos estudantes e ganharam o amplo apoio popular com o tempo.<sup>22</sup>

Entretanto, ainda durante a ditadura, houve diversas formas de protesto. Torres cita os habitantes da periferia de Santiago, que a ocupavam com protestos locais, e os universitários, que mantinham suas manifestações dentro dos campi durante o ano de 1986, considerado pelos estudantes combatentes como o “ano decisivo” para desestabilizar o governo de Pinochet. Entretanto, uma força de maior expressão durante esse momento foram os estudantes secundários, pois ocuparam as principais ruas de Santiago, ganhando uma importância expressiva durante a época autoritária, que reverberaria até os dias atuais.<sup>23</sup>

Assim, durante o regime de Pinochet, houve uma série de reformas neoliberais em vários âmbitos da sociedade. Em 1981, o ditador e sua equipe econômica, os chamados *Chicago Boys*<sup>24</sup>, oficializaram uma série de medidas que partiam do princípio de que todas as atividades do Estado deveriam ser subsidiadas. As reformas universitárias, portanto, baseavam-se em dois pilares: reestruturar as universidades tradicionais (Universidad Católica e Universidad de Chile) e promover o surgimento de novas universidades privadas.<sup>25</sup>

Até 1980, o Chile possuía duas universidades públicas<sup>26</sup> e seis particulares. Durante a reforma, as públicas foram desmembradas em campi autônomos, mitigando sua autonomia financeira.<sup>27</sup> Aqui vemos como entra a questão política, para além da econômica. Sob a desculpa de “enxugar” a participação do Estado e de corte de gastos, os possíveis maiores centros de resistência contra a ditadura perderam sua força política e financeira. Universidades são palcos

---

<sup>22</sup> MONTES, Rocío. Piñera suspende o aumento do preço do metro, e Exército decreta toque de recolher em Santiago. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571506476\\_320721.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571506476_320721.html) In: *El país*, 19 de out. De 2019. Acessado em 17 de ago. de 2024.

<sup>23</sup> TORRES, Rodrigo. Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006). In: Congreso CEISAL, 6., 2010, Toulouse, França. *Anais*. Toulouse: Hal open Science, 2010, p.5

<sup>24</sup> Apelido dado aos integrantes da equipe econômica da ditadura chilena por terem parte de sua formação na Universidade de Chicago, formando um grupo conhecido por seguir os princípios neoliberais. O ex-ministro da Economia brasileira, Paulo Guedes, é um dos integrantes do grupo e participou ativamente da equipe do ditador.

<sup>25</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.4-5

<sup>26</sup> A Universidad de Chile, fundada em 1842 e a Universidad Técnica del Estado (Hoje Universidad de Santiago), fundada em 1947.

<sup>27</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.5

históricos de luta contra regimes autoritários, detendo, inclusive, os meios para disseminar os ideais da resistência entre os jovens, o que as tornam inimigos perigosos de ditadores, assim como a imprensa. Desmembrá-las é uma ótima forma de fazer com que a união e a coesão da luta sejam perdidas, fazendo com que a resistência perca sua força. Tirar sua autonomia financeira também é mais um modo de estrangular oposição. Ao dividi-las administrativamente, o orçamento também é dividido, o que diminui sua capacidade financeira de arcar com despesas além do básico para a manutenção da universidade, como projetos que possam ir contra a ditadura. Além desses motivos, Pinochet ainda tinha o “bônus” de lucrar com a abertura de novas instituições privadas.

A reforma também mudou drasticamente a forma como essas universidades eram financiadas. Até então, as universidades tradicionais, ou seja, as criadas por lei antes do golpe de 1973, eram subsidiadas pelo Estado e quase gratuitas, pois não tinham fins lucrativos. Entretanto, após o golpe e com as reformas, o Estado gradativamente diminuiu as verbas, passando a adotar um modelo de competição. A partir de então, os subsídios governamentais para as instituições passavam a ser dados por demanda, no sentido de que, quanto mais estudantes de prestígios (com notas e desempenhos melhores), maior seria o subsídio alocado para a universidade, o que gerava a competição entre as instituições.<sup>28</sup>

Outra medida de piora na educação tomada na reforma foi a criação de novos cursos técnicos e a prioridade que essa modalidade recebeu sobre os cursos tradicionais de bacharel. O governo separa a educação superior entre Universidades e Instituições Técnicas de Ensino, sendo essas últimas responsáveis por formar profissionais mais focados no mercado de trabalho de “baixo status”, pois não requer muita especialização e o piso salarial, em geral, é mais baixo, sendo uma possível medida para diminuir a formação de intelectuais que resistam contra o regime.<sup>29</sup>

O coletivo *Vitrina Dystópica*, que atuou nos protestos de 2019, mostra como a questão dos institutos técnicos é relevante até os dias atuais e como é uma importante ferramenta do neoliberalismo:

[...] entre 2006 e 2011, crescem os institutos profissionais, que foram uma grande jogada do neoliberalismo. Quando se põe em crise o modelo educativo, reiventam sua estratégia e começam a criar ofertas estudantis de nível superior. [...] E começam a proliferar os institutos profissionais por todos os lados. Carreiras técnicas, principalmente. Quem são os que estudam em um instituto profissional? Os estudantes pobres, das escolas municipais, periféricas.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Ibidem

<sup>29</sup> Ibidem

<sup>30</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.166

O coletivo expressa, portanto, como a lógica neoliberal subverte as demandas dos estudantes mais prejudicados pelas políticas públicas em curso. Ao exigir a entrada igualitária no ensino superior, o governo acelera a criação desses Institutos que oferecerem primariamente carreiras de nível técnico, que no mercado de trabalho terão salários mais baixos do que as de bacharel, por exemplo.

Camila Rojas concorda com o coletivo ao afirmar:

No Chile, a heterogeneidade da educação superior e dos institutos de formação técnica é brutal. Isto é, foi menos a ampliação de um direito que uma possibilidade de negócios privados. Massificou-se a educação superior de um modo não planejado, ou planejado pelo mercado<sup>31</sup>

Rojas, portanto, cita como a educação superior chilena sofreu uma queda acentuada na qualidade após as reformas. O ensino passa a ser pautado pelo mercado e suas necessidades, com a criação de diversas universidades particulares que mais prezam pelo lucro do que pela qualidade da educação em si. A educação superior chilena, então, transforma-se verdadeiramente em um mercado lucrativo após as reformas, deixando de ser focada na preparação do estudante para o pensamento crítico.

Uma outra questão importante da reforma é que, antes de 1981, as universidades particulares só poderiam ser criadas por lei e eram supervisionadas pela Universidad de Chile, garantindo um rigor acadêmico por parte delas. Depois de 1981 essa regra mudou, permitindo que as instituições privadas fossem livremente fundadas.<sup>32</sup> Apesar de processos históricos distintos, o resultado não foi muito diferente do que temos no Brasil atualmente. Bellei, Caballin e Orellana notam que:

Na prática, as reformas de 1981 criaram dois subsistemas de educação superior. O “tradicional”, composto pelas universidades públicas e privadas, em que o Estado mantinha um papel relevante de financiamento (apesar de atenuado e indireto) e o “novo”, composto apenas pelas instituições privadas, que recebiam praticamente nenhum apoio do Estado. (Tradução livre)<sup>33</sup>

Portanto, o sistema de educação superior chileno foi dividido nas duas categorias após as reformas, o que acabou com o rigor implementado até então na qualidade do ensino. As universidades tradicionais tiveram seus subsídios estatais diminuídos gradativamente,

---

<sup>31</sup> Ibidem, p.121

<sup>32</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.5

<sup>33</sup> Ibidem, p.6. “In practice, the 1981 reforms created two subsystems of higher education. The “traditional”, composed by public and private universities, where the state maintained a relevant funding role (although decreasing and indirect) and the “new”, composed only by private institutions, which received practically no support from the state.”

impossibilitando a manutenção do ensino gratuito para os estudantes, comprometendo a capacidade de ingresso de novos alunos à essas instituições. As novas instituições privadas, então, surgem como uma alternativa para esses alunos. Com preços mais acessíveis e sem a exigência de qualidade do ensino atuante nas tradicionais, elas se tornaram mais atrativas para os jovens que não possuem muitos recursos.

Ironicamente, a distinção entre esses dois subsistemas foi acentuada após o retorno da democracia nos anos 1990, pois mantiveram a estrutura construída durante a ditadura. Segundo Bellei, Cabalin e Orellana: “Uma política chave para isso foi a crescente relevância dos subsídios para a demanda, o que aumentou de 44% o gasto público total com a educação superior em 1990 para 74% em 2011.” (Tradução livre)<sup>34</sup>. Vemos, portanto, que apesar do aumento dos subsídios estatais para auxiliar na crise dos empréstimos estudantis (que os estudantes têm dificuldades para conseguir pagar após o término dos estudos), o valor das mensalidades continuou a ser preocupante para os estudantes.

O desmembramento, a perda de autonomia financeira e a fragilização do sistema de ensino superior foram apenas o começo das medidas de desestruturação à educação tomadas por Pinochet. As organizações estudantis foram proibidas durante a ditadura, obrigando o movimento estudantil a se reorganizar nas universidades tradicionais por volta dos anos 1980 e lutarem ativamente contra o regime autoritário do país. Dessa reorganização surgiu a CONFECH<sup>35</sup>, que será de suma importância para a luta dos estudantes chilenos a partir de então, por exemplo, ao liderar o movimento estudantil em 2011, durante outra onda de protestos.<sup>36</sup>

Porém, é importante notar como a crescente neoliberalização não teve fim com a derrubada de Pinochet do poder. Os líderes da nova democracia chilena também contribuíram para a precarização da educação do país. Entrevistada pela editora Tinta Limón, Camila Rojas pontua que:

Se pensarmos no plano da educação, é verdade que foi a ditadura de Pinochet que privatizou, que municipalizou as escolas e gerou as condições para a situação crítica que vive a educação pública há décadas. Mas, depois, a crise se dá com os governos da Concertación. [...] Durante os vinte anos em que governou, a Concertación gestou políticas muito neoliberais. E isso ocorreu em todos os setores. (Tradução livre)<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> Ibidem. “A key policy for this was the growing relevance of the subsidies to the demand, which increased from 44% of the total public expenditure in higher education in 1990 to 74% in 2011.”

<sup>35</sup> Confederación de Estudiantes de Chile.

<sup>36</sup> Ibidem, p.8

<sup>37</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.116

Rojas mostra como apesar das políticas neoliberais terem sido implementadas durante a ditadura militar, os governos democráticos que se seguiram não fizeram o suficiente para acabar com elas. Por vezes, essas políticas foram reforçadas, como em 2018 com a criação da Lei da Aula Segura, que sobre o pretexto de prevenir a violência nas escolas, permitia a perseguição de alunos que protestassem nos estabelecimentos de ensino.<sup>38</sup> As insatisfações estudantis não foram atendidas de forma satisfatória, gerando as crises de 2006 e 2011 no âmbito da educação em específico. Vemos, então, como a mesma elite que apoiou Pinochet em seu golpe continuou a liderar o país durante a democracia, não permitindo a total erradicação das políticas neoliberais.

Durante o plebiscito de 1988, que decidiria se Pinochet permaneceria no poder até 1997, os secundaristas em um primeiro momento se ativeram às bandeiras mais pragmáticas, como a redução do preço da passagem do transporte público, com apenas uma parte do corpo secundarista defendendo o “NO”, por estarem divididos entre posições negociadoras e militaristas, não havendo um consenso entre o grupo. Ainda assim, aqueles que decidiram defender o NO foram às ruas em protesto, lutando mais uma vez pelo fim da ditadura. Entretanto, até meados de 1989, a liderança da FESES<sup>39</sup> é dominada pelos dirigentes da Concertación<sup>40</sup>, que acabam por enfraquecer o poder político dos estudantes conquistado com os protestos durante a ditadura. Tal fato gerou uma onda de insatisfação nos estudantes que fizeram parte do movimento, pois sentiram que sua causa foi usada e descartada. Gabriel Salazar traduz o sentimento desses indivíduos da época:

De um modo ou outro, fizeram os jovens se sentirem ridículos. E não se respeitou o fato de que muitos deles, por combaterem de verdade a ditadura, tiveram que abandonar os estudos, carreira, família, amores, futuro e encarar espancamentos, prisões, torturas e mortes às mãos do “inimigo”.<sup>41</sup>

Uma parte dos estudantes, então, viram suas pautas serem sequestradas pelos líderes políticos e não sentiam retorno efetivo deles. Suas vidas são completamente mudadas, passando

---

<sup>38</sup> AFP. Chile aprova lei que endurece punições em caso de violência escolar. In: O Globo, 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/chile-aprova-lei-que-endurece-punicoes-em-caso-de-violencia-escolar-23231359>. Acessado em 17 de ago. de 2024.

<sup>39</sup> Federación de Estudiantes Secundarios de Santiago, organização estudantil nacional chilena que representa os estudantes secundários.

<sup>40</sup> Concertación de Partidos por la Democracia (Coalizão de Partidos pela Democracia). Como é conhecido a coalizão de partidos democráticos que lutaram pelo NO no plebiscito e substituíram Pinochet no poder.

<sup>41</sup> SALAZAR Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile V*. LOM Ediciones, Santiago, 2002, p. 249. “De un modo u otro, a los jóvenes se los hizo sentir que habían hecho el ridículo. Y no se respetó el hecho de que muchos de ellos, por combatir de a verdad la dictadura, hayan tenido que abandonar estudios, carrera, familia, amores, futuro, y arrostrar golpizas, arrestos, torturas y muertes a manos del ‘enemigo’”.

por traumas da violência sofrida nas mãos do Estado e no fim do período ditatorial, não veem mudanças efetivas ou que são levados a sério.

Isso pois, as organizações perderam força após a democratização, mas recuperaram em meados dos anos 1990 com protestos que demandavam mais investimentos e um alívio para as dívidas dos estudantes. Dessas organizações, as principais eram as das universidades tradicionais, o que demonstrava que ainda possuíam força apesar das tentativas de limitá-las. Entretanto, é importante notar que se tratou de protestos menores e com menos tração e adesão que os anteriores – e os que viriam –, mas foi um marco por ser o primeiro sinal público de insatisfação com a continuidade das políticas econômicas e sociais herdadas da ditadura.<sup>42</sup>

Esse seria apenas o início das queixas dos estudantes com o novo governo, pois no início de 2006<sup>43</sup>, uma série de medidas de precarização da educação foram tomadas (como aumento da taxa para a “Prueba de Selección Universitaria” e a limitação da tarifa reduzida de transporte público para apenas duas viagens ao dia), dando mais força para os secundaristas saírem às ruas. As reivindicações dos manifestantes de 2006 baseavam-se em quatro pontos fundamentais: gratuidade da educação, o fim da educação com fins lucrativos, defesa da educação pública e a completa cessação das políticas discriminatórias das escolas.

Essas discriminações das escolas será um problema presente até a revolta de 2019, sendo seu fim uma das bandeiras levantadas pelos manifestantes. Camila Rojas expressa sua insatisfação com o modelo ao dizer que: “Há décadas, a educação pública no Chile está em uma situação muito crítica, com poucos estudantes, mas esses colégios [“emblemáticos”] são exceção. São, aliás, os colégios que mais recebem dinheiro do governo”<sup>44</sup> Os colégios emblemáticos em questão têm relação direta com o modelo particular chileno nascido da política de competição por subsídios do governo. Tratam-se de colégios públicos de excelência e tradição, que selecionam os melhores alunos para frequentá-los, sendo divididos em colégios masculinos e femininos. O mais antigo desses liceus é o Instituto Nacional General José Miguel Carrera, fundado em 1813. Seus alunos possuem melhores chances de ingressar nas universidades tradicionais e de melhor ensino no Chile. Esse modelo foi estendido durante o primeiro mandato de Sebastián Piñera e reprimido com Michele Bachelet, que proibiu essa

---

<sup>42</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.8-9

<sup>43</sup> Protestos menores dos secundaristas também ocorreram em 2001, mas para esse estudo, estou me atendo aos maiores de 2006 e o universitário de 2011.

<sup>44</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021 109



seleção por considerá-la excludente. Interessante notar, porém, como esses mesmos colégios foram o centro do movimento secundarista.<sup>45</sup>

Ainda em 2006, os estudantes elaboraram um texto com suas reivindicações que foi levado ao governo para consideração. Uma das propostas é o fim da municipalização do ensino, que os estudantes consideram gerar as desigualdades sociais e educativas.<sup>46</sup> A municipalização, tema central quando se fala de educação no Chile, consiste na “descentralização da oferta bem como da responsabilização da municipalidade pelos custos, sem, contudo, descentralizar recursos. No Chile, não existem recursos públicos com vinculação específica para a educação.”<sup>47</sup> A passagem da responsabilidade pela educação para os municípios foi mais uma medida da reforma educacional de Pinochet.

A questão da municipalização demonstra ser um dos temas mais importantes a se estudar sobre o Chile contemporâneo quando vemos ser citados por outros entrevistados que fizeram parte dos movimentos dos protestos de 2019. Jorge Sharp, atual prefeito de Valparaíso e cofundador do movimento estudantil Izquierda Autónoma, cita que “[...] as municipalidades têm sido parte do problema. São instituições nas quais a mescla entre os interesses públicos e privados está na ordem do dia. As práticas de corrupção reproduzidas nos municípios são tão graves e ultrajantes quanto em nível nacional.”<sup>48</sup> Sharp ainda explica funcionamento delas e porque considera sua adoção ruim:

As municipalidades no Chile têm poucos poderes. Não são como na Argentina, na Espanha, no Brasil, onde gozam de autonomia, de plenos poderes. Temos baixa autonomia financeira, nenhum controle sobre a ordem pública, uma dependência extrema do poder central.<sup>49</sup>

Vemos, portanto, que as municipalidades vão além da questão da educação, atingindo outros direitos sociais por ser uma ótima ferramenta do neoliberalismo de limitar o poder econômico e político do Estado nas esferas sociais e entregá-las para o poder privado.

Outra reivindicação foi o fim da LOCE<sup>50</sup>, que acreditavam ser a responsável por colocar o sistema educacional e sua regularização na mão da iniciativa privada. Outorgada por Pinochet no último dia de seu mandato, seu último golpe contra a educação chilena, em 10 de

---

<sup>45</sup> Ibidem

<sup>46</sup> TORRES, Rodrigo. Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006). In: *Congreso CEISAL*, 6., 2010, Toulouse, França. Anais. Toulouse: Hal open Science., 2010, p.12

<sup>47</sup> SUSIN, Maria O.K.; MENDONÇA, Juliana. As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. In: *Jornal de políticas educacionais*, v. 15, n.40. Agosto de 2021, p.6

<sup>48</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.89

<sup>49</sup> Ibidem, p.91

<sup>50</sup> Ley Orgánica Constitucional de Educación

março de 1990, apresentava, entre outras medidas, a “liberdade de ensino”, que nada mais era do que uma forma de facilitar a criação e administração de centros educacionais por entidades privadas, com ou sem subsídios estatais. É pertinente notar também a ausência no texto de menção à educação como um direito social da população.<sup>51</sup>

O saldo da “Revolução dos Pinguins”, como ficou conhecido os protestos de 2006, foi relativamente favorável para os estudantes, apesar de não resolver todos os problemas, como veremos mais para frente. As marchas dos secundaristas acabaram por derrubar os então ministro do Interior, Andrés Zaldívar Larrain, e ministro da Educação, Martín Zilic Hrepic, do governo de Bachelet. Foi criado também um “Consejo Asesor Presidencial” que seria responsável por reformar o quadro legislativo da educação, dialogando com os diversos setores políticos e da sociedade.<sup>52</sup>

Os protestos dos secundaristas em 2006 geraram avanços nas políticas públicas da educação básica, entre eles consta a proibição dos colégios particulares que contam com subsídios estatais de selecionarem (até o 6º ano) os alunos com base em seus desempenhos acadêmicos em séries anteriores ou nas condições socioeconômicas de suas famílias. O ensino fundamental também foi reduzido para seis anos, sendo oito anteriormente.<sup>53</sup>

## 1.2 Os protestos universitários de 2011

As políticas educacionais, portanto, sofreram mudanças importantes após a Revolta dos Pinguins, significando avanços necessários para a igualdade de oportunidades na educação básica. Entretanto, muitas questões ficaram em aberto, sobretudo na educação superior, que ainda enfrentava problemas significativos quanto ao acesso e permanência dos estudantes nas instituições.

Contudo, os protestos estudantis do século XXI não parariam com os secundaristas em 2006, e em 2011 seria a vez dos universitários irem às ruas. Como já analisado, a educação universitária foi precarizada com as reformas de 1981 e as universidades tradicionais tiveram sua força política enfraquecida, assim como a educação superior como um todo perdeu em qualidade com os decretos que facilitaram a criação de instituições privadas. Em 2012, a grande maioria dos novos graduados matricularam-se nas novas instituições privadas (72%) por, entre

---

<sup>51</sup> TORRES, Rodrigo. Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006). In: *Congreso CEISAL*, 6., 2010, Toulouse, França. Anais. Toulouse: Hal open Science, 2010, p.12

<sup>52</sup> Ibidem, p.17

<sup>53</sup> ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.13, nº 38, maio a ago/2008, p. 204

outras razões, se tratar de cursos com mensalidades mais baixas e sua admissão não ser tão rigorosa. Outra razão que levou a esse fato é a criação do Crédito Privado com Garantia Estatal, um subsídio do governo para bancar os estudos que atendeu principalmente às classes médias e baixas. Ao contrário da forma anterior de subsídio, dado aos estudantes que frequentavam as universidades tradicionais, os juros desse Crédito Privado eram abusivos (6%), contribuindo para aumentar o endividamento da população. Na forma anterior, os juros eram de 2% e o pagamento era de acordo com a renda que receberiam após a conclusão do curso, além das dívidas serem perdoadas após 12 anos.<sup>54</sup>

Com isso vemos uma das reclamações encontradas na fonte que estamos analisando nesse trabalho. A esmagadora maioria dos estudantes chilenos já começam a vida adulta endividados por conta dos empréstimos para pagar a universidade, o que piora durante o tempo pois precisará pegar crédito para outros momentos também, como para comprar um imóvel ou um carro. Jaime Bassa, ativista político do coletivo *Communes* e entrevistado da obra, fala sobre essa questão:

O primeiro é que nossos salários são baixos em relação ao PIB e ao custo de vida no Chile, sobretudo em Santiago. Em segundo lugar, o mercado de trabalho tem muita rotatividade: as pessoas ficam pouco tempo em um mesmo emprego. [...] O terceiro elemento é que há um nível de endividamento brutal, realmente brutal. As cifras mostram que 75% das famílias estão endividadas [...]<sup>55</sup>

O entrevistado mostra, portanto, como apesar de vender uma imagem de “país de primeiro mundo”, os cidadãos chilenos ainda sofrem com uma realidade precária e desanimadora. Endividados desde o ingresso na universidade, esses indivíduos se deparam com um mercado de trabalho instável e um custo de vida muito alto.

Camila Rojas segue relatando como o endividamento estudantil afeta o decorrer da vida adulta:

Quando os estudantes não pagam, ingressam no Boletim Comercial. E estar ali os impede, entre outras coisas, de ter um crédito hipotecário. Não se está endividado apenas com a educação: também não se pode ter uma casa. Fica limitada ainda a possibilidade de conseguir trabalho, pois muitas vezes é um requisito não estar no Boletim Comercial. E houve casos de jovens que não puderam ser operados em uma clínica porque estavam listados no Dicom<sup>56</sup>

<sup>54</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.6-7

<sup>55</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.210

<sup>56</sup> Ibidem, p.119. Dicom, o Directorio de Información Comercial é “atualmente dependente da Equifax Chile, filial da empresa estadunidense Equifax. Fundada em 1976, obriga bancos, tabeliões, juizados civis, cartórios imobiliários, entre outras entidades públicas e privadas, a prover quinzenalmente informações sobre devedores nacionais à Câmara de Comércio de Santiago.”

O Boletim Comercial, ou Dicom, é essa base de dados que reúne as informações das dívidas dos chilenos, como o *Serasa* no Brasil. Porém, pelo relato de Rojas, a influência dessa base parece ir além já que influencia também a capacidade do cidadão ingressar no mercado de trabalho. É nessa realidade, endividados e sem vislumbre de melhora, que os jovens chilenos vão às ruas novamente.

Assim, a primeira marcha dos protestos de 2011 ocorreu em 28 de abril daquele ano, reunindo oito mil estudantes. A segunda foi em 12 de maio e com um aumento do número de participantes para quase vinte mil. Entre suas demandas, estava o acesso à educação mais igualitário exigindo que o Estado financiasse pelo menos 70% da educação dos mais pobres até gradualmente a educação se tornar gratuita para todos; distribuição de bolsas com base na necessidade e não no mérito como era feito; ações afirmativas para a camada mais marginalizada da população; fortalecimento e expansão das universidades públicas; regulação do mercado das universidades privadas<sup>57</sup>; acabar com o aspecto lucrativo das universidades, que apesar de serem por lei não-lucrativas, havia evidências do contrário; e participação e organização política do corpo discente em instituições de ensino superior.<sup>58</sup>

Para atender as reivindicações dos manifestantes, o então presidente José Piñera criou o “Grande Acordo Nacional para a Educação” em 5 de julho. O acordo previa um fundo de 4 bilhões de dólares em bolsas de estudo, bem como a redução das taxas de juros dos empréstimos estudantis. Entretanto, em 14 de julho, os estudantes foram às ruas novamente em claro sinal de rejeição à proposta, exigindo uma resposta mais impactante do governo para o sistema educacional.<sup>59</sup>

Após uma passeata não comunicada previamente em 4 de agosto, os estudantes foram duramente reprimidos pela polícia chilena, o que causou revolta na sociedade. A partir desse momento se registra um “panelaço” nas ruas chilenas em protesto ao governo Piñera, que caiu em popularidade após a repressão. Assim, o movimento estudantil de 2011 passa a conquistar amplo apoio popular. Com os conflitos, também cai o ministro da educação Joaquín Lavín - dono de uma universidade particular. Assim, apesar do movimento já mostrar sinais de exaustão no final de 2011 com divisões internas e pressão para retornar às aulas, com os protestos, os

---

<sup>57</sup> Com os conflitos, cai o ministro da educação Joaquín Lavín (dono de uma universidade particular). Os estudantes passaram a integrar ativamente o fazer da política, participando das discussões legislativas do orçamento nacional de 2012.

<sup>58</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.13-16

<sup>59</sup> Ibidem, p.10-11

estudantes passaram a integrar ativamente o fazer da política, participando das discussões legislativas do orçamento nacional de 2012.<sup>60</sup>

O governo tomou uma série de medidas para atender às reivindicações dos estudantes. Quanto às demandas regulatórias, o governo propôs a criação de mecanismos de supervisão e controle de qualidade. Foi criada também uma comissão na Câmara chilena para averiguar as denúncias de usura das instituições privadas, o que acarretou a queda do então ministro da educação, Harald Beyer Burgos, em 2013 após encontrarem evidências de má prática das instituições, que o ministro ignorou. O governo também propôs um novo Sistema Integrado de Financiamento Estudantil para Educação Superior, que garantiria bolsas de estudo integrais (condicionada ao mérito acadêmico) para os 60% mais pobres da população, além de créditos para a maioria dos que não se enquadra na opção da bolsa ou que não tem a menor taxa de juros disponível dos empréstimos. O sistema seria administrado pelo Estado e não por bancos privados e o pagamento estaria atrelado ao salário dos estudantes após inserção no mercado de trabalho.<sup>61</sup>

Assim, como vimos, o tema da educação permanece central no Chile. Por se tratar de uma ferramenta poderosa de combate ao obscurantismo e à concentração de poder e riquezas, é um dos primeiros pilares da sociedade a ser atacado pelo neoliberalismo. Quando sobe ao poder em 1973, Pinochet começa pela imediata repressão dos direitos civis e pela perseguição a seus opositores, muitos são estudantes, pois historicamente a universidade é palco de debates políticos e, em especial no Cone-Sul, berço de lideranças políticas de esquerda. Portanto, a reforma perpetuada em 1981 teve o claro objetivo de mitigar o poder das universidades, suas organizações e seus estudantes. Entretanto, os ataques à educação não pararam com o fim da ditadura, tendo a agenda neoliberal sido continuada com governos democráticos que se seguiram. A situação da educação chilena permaneceu tão precária que reivindicações dos protestos de 2006 e 2011 apareceram também nos de 2019, apesar das tentativas de melhoras tomadas pelo governo, que frente às demandas estudantis, pouco resolviam o real problema entendido pelos estudantes: a priorização do lucro sobre a educação.

---

<sup>60</sup> Ibidem, p.11-12

<sup>61</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.19

## CAPÍTULO II – A negação do direito de envelhecer

### 2.1 O desenvolvimento do neoliberalismo anterior ao golpe

Outro ponto central nas reivindicações do *Estallido Social* foi a questão das AFPs, ou Administradoras de Fundo de Pensões. Isso porque, no Chile, a previdência não é social, mas privada e serve, em primeiro lugar, à especulação financeira da elite chilena – e mundial. A privatização dos benefícios de aposentadoria trouxe uma piora significativa no padrão de vida do Chile, pois o valor das pensões depende unicamente do tempo e quantidade de contribuição do trabalhador, e também dos caprichos do mercado, já que estão todas aplicadas em Fundos de Investimento, sujeitas às flutuações dos juros. A privatização do sistema de previdência chileno é mais um direito social que os neoliberais transformaram em questão puramente econômica.

Salazar assinala que o projeto neoliberal já era esboçado desde a década de 1950, mas só foi começar a ser aplicado cerca de dois anos após o golpe, devido a discussões internas. O início da ditadura focou em consolidar o controle político, portanto, a cúpula militar tinha medo de passar as reformas neoliberais logo de cara e aumentar o descontentamento da população, levando a mais revoltas. Assim, os *Chicago Boys* só foram assumir o comando da economia em 1975, dois anos após o golpe, quando as tentativas anteriores de controlar a inflação não haviam surtido resultado. As Reformas de 1981 nascem nesse contexto, tendo como carro-chefe as “sete modernizações”, política liderada pelos ministros – e *Chicago Boys* – José Piñera e Miguel Kast<sup>62</sup>. Consideradas símbolos do neoliberalismo radical no Chile, as sete reformas trataram de aplicar a lógica liberalista a todas as esferas sociais.<sup>63</sup> Parte da reforma consistia em devolver a iniciativa privada as empresas previamente estatizadas:

Em um primeiro caso, já antes do início da política de choque se havia devolvido muito das empresas estatizadas durante o governo da Unidad Popular, processo que se completou rapidamente depois dessa data. Junto com ele, os bancos e empresas públicas que dependiam da Corfo, incluindo algumas que haviam sido originalmente criadas por essa instituição, foram postas em licitação para despojar ao Estado de um rol produtor que a nova ortodoxia considerava aberrante. Entre devoluções e licitações, até 1980 o setor público havia se desfeito de 387 empresas, restando em seu poder um

---

<sup>62</sup> Irmãos de Sebastián Piñera (presidente do Chile à época dos protestos de 2019) e José Antonio Kast (candidato de extrema-direita à presidência chilena contra Gabriel Boric), respectivamente. O fato de os irmãos de dois dos líderes econômicos da época da ditadura terem sido ativos e presentes na política chilena em período democrático mostra como as ideias do regime autoritário ainda estão em voga no país.

<sup>63</sup> SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile III: la economía: mercados, empresarios y trabajadores*. Santiago: LOM Ediciones, 2002, p.48-50

pequeno grupo que, em sua grande maioria, também estava destinado a privatização. (Tradução livre)<sup>64</sup>

A implantação do neoliberalismo consistiu, então, em um primeiro momento de desfazer o que a Unidade Popular<sup>65</sup> havia feito, como a recuperação da soberania com a estatização de empresas-chave para o país. A volta do controle dessas companhias para as multinacionais tirava setores críticos do país das mãos dos chilenos. A desregulação do mercado, portanto, tratou em partes, de abrir a economia chilena para o mercado internacional, derrubando medidas protecionistas, bem como acabando com o controle de preços que havia.

Em questões puramente econômicas, as reformas neoliberais deram certo segundo estatísticas. Houve redução da inflação, que foi de 600% a 10% em 1981, e aumento da exportação, que era a substituta da industrialização no modelo neoliberal, em que apostavam o desenvolvimento do país. Como as indústrias não estavam mais sobre controle nacional, as exportações tomaram o lugar de destaque para alavancar a economia do país, pois, vemos um aumento exponencial da exportação não tradicional (não relacionada ao cobre), que salta de 9,5% em 1971 em relação ao total do setor, para 35% em 1981, graças às reduções de taxas alfandegárias e à abertura comercial.<sup>66</sup>

Porém, a sociedade não é formada apenas pela macroeconomia. Na questão social, as reformas neoliberais destruíram a qualidade de vida chilena, refletindo no crescimento per capita negativo em 1983 (-0,8%) e no aumento estrondoso do desemprego no país, que saiu de 15,6% em 1981 para 28,9% em apenas dois anos. Segundo Salazar, parte dessa cifra se deu pelas demissões em massas dos órgãos públicos nos primeiros anos do governo de Pinochet, em parte por razões políticas e em outra pela privatização que os órgãos sofreram.<sup>67</sup> Aqui vemos também como o interesse da cúpula militar não era apenas econômico, mas também de se manter no poder. Ao tirar os empregos de funcionários públicos, a ditadura cercava a máquina do Estado com aqueles que os apoiavam, tendo passe livre para a tomada de qualquer ação que

---

<sup>64</sup> Ibidem, p.49. “En el primer caso, ya antes del inicio de la política de shock se habían devuelto muchas de las empresas intervenidas bajo el gobierno de la Unidad Popular, proceso que se completó rápidamente después de esa fecha. Junto con ello, los bancos y empresas públicas que dependían de la Corfo, incluyendo algunas que habían sido originalmente creadas por esta institución, fueron puestas en licitación para despojar al Estado de un rol productor que la nueva ortodoxia consideraba aberrante. Entre devoluciones y licitaciones, hacia 1980 el sector público se había deshecho de 387 empresas, quedando en su poder un pequeño grupo que, en su gran mayoría, también estaba destinado a la privatización”

<sup>65</sup> Nome dado à coalizão de partidos de esquerda que venceram as eleições de 1970 no Chile, liderados por Salvador Allende, presidente deposto e morto pelo regime militar em 1973.

<sup>66</sup> SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile III: la economía: mercados, empresarios y trabajadores*. Santiago: LOM Ediciones, 2002, p.50

<sup>67</sup> Ibidem, p.50-53

julgassem correta com pouca ou quase nenhuma resistência interna, já que controlavam não apenas o aparato da força, mas também o burocrático.

A chegada dos *Chicago Boys* para controlar a inflação produziu efeito, mas também teve consequências negativas imediatas na economia, como o aumento da dívida externa. Juros altos e o câmbio fixo adotado (39 pesos por dólar), levaram a diminuição de investimento em atividades reprodutivas<sup>68</sup>, sendo em contrapartida incentivado a entrada de dólares na economia para fins de especulação e consumo. Isso levou ao aumento da dívida externa com a crise de 1982, que naquele ano chegava a mais de 17 bilhões de dólares, enquanto em 1973 era pouco mais que 3500. Outra consequência foi a concentração patrimonial, em que pequenos grupos econômicos passaram a controlar a economia, ocorrendo a forte desvalorização do salário real.<sup>69</sup> Salazar aponta as consequências do neoliberalismo na vida dos trabalhadores chilenos:

Os efeitos objetivos de uma nova política econômica, mais a incapacidade de defender seus interesses por via de uma ação sindical pela repressão governamental, primeiro, e pela atomização promovida pelo *Plan Laboral* de José Piñera, depois, deixaram a massa laboral em uma posição de extrema vulnerabilidade, que mais de um analista identificou como um requisito essencial para o correto funcionamento do modelo. Ante um Estado que também estava se desligando de sua função anterior de provedor de proteções sociais, este segmento da população surgiu rapidamente como uma das vítimas mais visíveis do experimento em curso. (Tradução livre)<sup>70</sup>

Para o pleno funcionamento do novo modelo de neoliberalismo que estava sendo implantado, era necessário, portanto, que certos grupos econômicos tivessem seus direitos retirados e colocados em posição de vulnerabilidade, para que possibilitasse mais ainda sua exploração. Na lógica neoliberal, era necessário que alguém os perdesse para as elites lucrarem, restando o golpe contra os direitos dos trabalhadores.

Entretanto, a lógica do liberalismo implementada pela ditadura militar seria posta em xeque um ano após as reformas. A Crise de 1982, impulsionada por fatores externos como o choque do petróleo de 1979, colocou em dúvida a legitimidade do neoliberalismo, pois a postura que o governo adotou de deixar o mercado se resolver nessa questão, não surtiu efeito, gerando

---

<sup>68</sup> Atividades associadas à reprodução, de cuidados com a família e a casa, com o indivíduo, ao contrário das atividades produtivas, de troca de valores.

<sup>69</sup> SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile III: la economía: mercados, empresarios y trabajadores*. Santiago: LOM Ediciones, 2002, p.51-52

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.54. “Los efectos objetivos de la nueva política económica, más la incapacidad de defender sus intereses por la vía de una acción sindical cohibida por la represión gubernamental, primero, y por la atomización promovida por el Plan Laboral de José Piñera, después, dejaron a la masa laboral en una posición de extrema vulnerabilidad, que más de algún analista identificó como un requisito esencial para el correcto funcionamiento del modelo. Ante un Estado que también se estaba desligando de su anterior función de proveedor de protecciones sociales, este segmento de la población surgió rápidamente como una de las víctimas más visibles del experimento en curso”



mais pressão em cima das autoridades. Em 1982, então, as primeiras medidas foram sendo tomadas, como o abandono do câmbio fixo. Entretanto, não foi o suficiente para impedir a quebra de diversos grupos econômicos, que foram salvos pelo Estado após comprar suas dívidas. Salazar afirma que, durante a crise, o Estado recuperou sua força na economia, pois precisou intervir quase totalmente para evitar o completo colapso do sistema econômico chileno.<sup>71</sup>

A volta da força e intervenção do Estado, entretanto, durou pouco tempo. O ano de 1985 vê a volta dos *Chicago Boys* ao poder econômico com a investidura de Hernán Büchi como ministro da Fazenda, porém, dessa vez, o neoliberalismo implementado é tido como mais moderado após a experiência da crise. Um dos compromissos do novo ministro era a redução da dívida externa, que aumentou exponencialmente durante a crise devido aos empréstimos feitos com o FMI e o Banco Mundial. Para isso, foi acordado que empresas estratégicas chilenas passariam para o controle estrangeiro em troca da redução da dívida em cerca de nove bilhões de dólares. A abertura comercial também foi outro pilar importante dessa nova onda do neoliberalismo, pois foi suspensa temporariamente durante os anos da crise com o intuito de controlar a inflação.<sup>72</sup> Nota-se, portanto, como apesar de ser considerada mais “moderado”, o neoliberalismo implementado em 1985 continua o mesmo de antes, provocando as mesmas consequências de devastação do tecido social chileno.

As medidas tomadas pelos *Chicago Boys* estavam de acordo com o contexto que o mundo vivia nos anos 1980, de abertura comercial e fortalecimento do mercado. Somado a isso, havia o fato de que houve uma melhora econômica significativa no fim da década, o que deu mais poder e legitimidade ao programa neoliberal implementado. É por essas razões que Salazar aponta que, durante a redemocratização, os líderes políticos decidiram manter os elementos neoliberais, mas com uma atenção maior para os problemas sociais. O trauma da crise de 1982 e o medo de algo parecido ocorrer novamente levou-os a manter os mecanismos que trouxeram de volta um equilíbrio econômico, mesmo que frágil e às custas da população.<sup>73</sup>

É nesse contexto, que Luis Mesina, um dos entrevistados, fala sobre o sentimento de traição que aqueles que lutaram contra a ditadura sentiram com as lideranças políticas da época da transição:

A maior derrota que tivemos foi a de 1973, com todas as consequências que ela implicou. Levantamo-nos dez anos depois, quando, em 1983, convocamos as grandes manifestações contra a tirania. Mas nos traíram: depois de três

---

<sup>71</sup> Ibidem, p.55

<sup>72</sup> Ibidem, p.57

<sup>73</sup> Ibidem, p.58-59

anos, houve um acordo espúrio por trás dessas manifestações [...]. E depois nos traíram novamente, em 1988, com a alegria e o arco-íris, quando ganhou o No, mas se aplicou toda a política econômica que sustentava aqueles que defendiam o Sí, aqueles que defendiam o ditador.<sup>74</sup>

Vemos que Mesina se indigna com a forma como se deu o fim da ditadura. Foi um fim negociado, que através de plebiscito os chilenos puderam escolher se queriam ou não que Pinochet continuassem no poder. É possível entender a fala de Mesina sobre a continuidade da política econômica do *Sí* quando vemos não apenas as medidas de continuidade tomadas durante o período democrático que se segue, mas também como muitos dos sobrenomes que participaram ativamente do governo de Pinochet continuaram na política chilena durante a democracia.

Luis Mesina, portanto, foi vice-presidente da CUT chilena e, ao momento dos protestos de 2019, líder do movimento No+AFP, que reivindica o fim do sistema privado de pensões. As AFPs, como são conhecidas as Administradoras de Fondo de Pensões, é mais um fruto do neoliberalismo implantado pelas reformas de Pinochet em sua gana de atingir todas as esferas sociais para minimizar a presença do Estado. Durante os protestos, as AFPs estiveram no centro do debate, apontadas como uma das maiores causadoras da desigualdade social no Chile, e sua extinção foi uma das principais reivindicações dos movimentos que foram às ruas.

## 2.2 A privatização da previdência chilena

O sistema previdenciário chileno de modo privatizado surgiu durante as reformas de 1981, mas não veio em um vácuo com a implantação do neoliberalismo. Antes mesmo da subida da ditadura ao poder, o Sistema de Seguridade Social chileno já era problemático estruturalmente, sendo criticado por diversos presidentes, desde Jorge Alessandri a Salvador Allende. No antigo sistema, a previdência se dava por “Caixas” que exigiam requisitos diferentes para aposentadoria, bem como o pagamento também era diverso. Essa forma gerou críticas contundentes por seu caráter desigual, pois permitia que os trabalhadores com maior poder político conseguissem os maiores benefícios na aposentadoria. Esse sistema era conhecido como “distribuição à chilena”.<sup>75</sup>

Assim, as primeiras ideias de reformar o sistema para um de capitalização individual veio em 1974 com Miguel Kast, através da ODEPLAN<sup>76</sup> (Oficina de Planificación Nacional de

<sup>74</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.146

<sup>75</sup> VILLANUEVA, Florencia L. El sistema privado de pensiones en Chile y sus resguardos constitucionales. In: *Revista chilena de derecho*, v.39 n°2, p.543

<sup>76</sup> Atual Ministério de Desenvolvimento Social e da Família chileno

Chile). A reforma da previdência não foi discutida por parlamentares, mas pelas Forças Armadas chilena, que eram favoráveis a capitalização individual, mas mantiveram sua própria aposentadoria fora do novo sistema. Assim, em 13 de novembro de 1980, foi promulgado o Novo Sistema de Pensões no Diário Oficial do país, através do decreto lei nº 3.500.<sup>77</sup> Ao deixar as pensões dos próprios militares de fora do novo sistema, vemos o verdadeiro significado da reforma para a ditadura. A aposentadoria não era mais uma Seguridade Social e sim mais uma forma dos entes privados – que colocaram e mantiveram Pinochet no poder – e da cúpula das Forças Armadas ficarem mais ricos às custas dos trabalhadores.

O novo Sistema consistia na criação de contas individuais em que os trabalhadores contribuiriam durante o tempo em que estivessem ativos no mercado de trabalho. É previsto em lei que o Estado deve complementar as pensões para aqueles que não conseguirem atingir o valor de contribuição mínimo para aposentar. Ainda durante a ditadura Pinochet, foram feitas diversas modificações ao texto da Reforma, que dava mais liberdade para as AFPs comprarem cotas de ações em Sociedades Anônimas, bem como investir em novos instrumentos financeiros. Os governos da Concertación também fizeram mudanças que flexibilizam os investimentos das AFPs.<sup>78</sup> É inegável como essas mudanças perpetuadas, que permitiram as administradoras de fundos investir em cotas de risco mais elevado, prejudicaram ainda mais os trabalhadores. As carteiras passavam a ter investimentos em renda variável, sujeitando a pensão e o sustento dos aposentados aos caprichos do mercado, que é volátil e, por vezes, imprevisível.

O novo sistema é sustentado por três pilares: um voluntário, um contributivo e, finalmente, um complementar. O primeiro trata-se das pensões solidárias, para aqueles que não atingiram a contribuição mínima, sendo assim recomendado pelo Banco Mundial na década de 1990; o segundo seria a pensão normal definida pela reforma, e aqui está incluída também uma pequena parte dos participantes do antigo sistema. Já o complementar é de caráter opcional e existe para os que queriam (e podiam) melhorar o valor de sua aposentadoria.<sup>79</sup> Além do Banco Mundial, o sistema de três pilares também foi recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, o que por si só é um indicativo de que o novo Sistema não serviria aos interesses dos trabalhadores, já que o FMI possui um longo histórico de devastação social nos países em que atuou, implantando políticas econômicas restritivas que prejudicam a qualidade de vida

---

<sup>77</sup> VILLANUEVA, Florencia L. El sistema privado de pensiones en Chile y sus resguardos constitucionales. In: *Revista chilena de derecho*, v.39 n°2, p. 544

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.544-545

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.545

local. Em 2008 foi criado também um sistema de poupança coletiva para somar à previdência complementar.

Após a aprovação da reforma de 1981, foi dado um prazo para os trabalhadores decidirem se permaneceriam no sistema público ou se iriam ingressar no sistema privado. Aqueles que entraram no mercado de trabalho após a reforma, não teriam outra escolha a não ser aderir ao sistema privado de pensões. O contexto da aprovação da reforma foi especialmente grave por ter sido outorgado algo que afetaria drasticamente a vida de toda – ou quase toda, quando se lembra que os militares foram excluídos – da população chilena. Assim, a reforma de 1981 foi aprovada sem diálogo público, mediante aliança dos militares e do empresariado, que alegavam que o sistema público “estava em quebra, era ineficiente e financeiramente insustentável, enquanto o sistema privado melhoraria a cobertura, eficiência e benefícios, reduziria os custos administrativos e seria financeiramente sustentável ao longo prazo.”<sup>80</sup>

Esses motivos, por si só, revelam como a questão da previdência deixa de ser algo relacionado a seguridade social na óptica do neoliberalismo. Um sistema que nasce com o objetivo de garantir uma vida mínima – e digna – àqueles que já não podem mais trabalhar, passa a ter sua essência deturpada para ser mais uma maneira de gerar lucro ao empresariado e elite política.

É importante também percebemos como o novo sistema outorgado por Pinochet provoca outros tipos de desequilíbrios. Pois, enquanto os sistemas públicos de pensões diminuem a desigualdade de gênero, os sistemas privados a acentuam. Devido ao papel de cuidadora primária que cai sobre a mulher na sociedade, sua saída do mercado de trabalho para cuidar dos filhos é quase certa, provocando redução no tempo de contribuição. Além disso, também há o fator de expectativa de vida, que é maior do que a dos homens, o que leva o cálculo para aposentadoria exija mais contribuições para que seu benefício se equipare ao dos homens.<sup>81</sup>

Chamorro elenca os principais motivos que levam a mulher a estar em desigualdade no novo sistema: “[...] a exclusão do trabalho não remunerado; a idade de aposentadoria diferente entre homens e mulheres, 65 e 60 anos, respectivamente; e a utilização de tabelas de expectativa de vida diferenciadas por sexo.” (Tradução livre)<sup>82</sup> Como os valores de contribuição são

---

<sup>80</sup> MESA-LAGO, Carmelo. Reformas estructurales y Re-reformas de pensiones, y sus efectos en el bienestar social: el caso de Chile. In: *Política y sociedad*, v.53, n.5, 2015, p.723

<sup>81</sup> *Ibidem*, p.726

<sup>82</sup> CHAMORRO, Sabina. Privatización y discriminación de género: estudio de caso del sistema de pensiones chileno. In: *Papeles de Europa*, v.31, n.2, 2018, p.142. “[...] la exclusión del trabajo no remunerado; la edad de retiro diferente entre hombres y mujeres, 65 y 60 años, respectivamente; y la utilización de tablas de esperanza de vida diferenciadas por sexo.”

divididos pela idade da expectativa de vida, se um homem e uma mulher tiverem contribuído o mesmo valor e se aposentarem com a mesma idade, ainda assim a mulher receberia menos. Somado a isso, temos o fato de que muitas mulheres saem do mercado de trabalho para cuidar das famílias, diminuindo o tempo de contribuição. Por essas razões, e pelo fato da idade mínima de aposentadoria ser menor para mulheres, elas tendem a receber menos em aposentadoria do que os homens.

Segundo Chamorro, as contribuições do Estado para mulheres que se dedicam em tempo integral ao trabalho reprodutivo estão fora do sistema contributivo e se tratam mais em uma assistência social mínima do que realmente integração no sistema de pensões, pois o valor distribuído não é o suficiente. “Isso, em termos qualitativos, significa que não são sujeitos com participação ativa no sistema de seguridade social, mas sim beneficiárias de programas de assistência social, o que impede seu acesso a cidadania social plena nas mesmas condições que os homens” (Tradução livre).<sup>83</sup>

Por serem dependentes da assistência do Estado, as mulheres sofrem o risco de serem consideradas cidadãs de segunda classe, não estando em igualdade com os homens. Apesar das melhorias no ingresso feminino no sistema de pensões, Chamorro diz que ainda não se trata de uma contribuição plena e, portanto, integração das mulheres nesse sistema, mas sim de uma forma do Estado compensar financeiramente pelos anos em que não puderam contribuir. Porém, podemos ver também que os problemas descritos por Chamorro requerem soluções além de políticas públicas, como a maior responsabilidade masculina no trabalho reprodutivo.

É interessante perceber, que apesar da defesa do Estado mínimo durante o período ditatorial, em realidade, o Estado teve que intervir em muitos momentos:

O Estado financia todos os custos da transição: o déficit operacional resultante do fechamento do sistema público, o valor das contribuições pagas ao sistema público pelos assegurados que mudaram ao sistema privado (“bônus de reconhecimento), o custo das pensões mínimas e das pensões não contributivas; também garantia as pensões em caso de quebra de uma AFP [...]. Esses custos são financiados por toda a população através de impostos (sobretudo ao consumo), incluindo aos pobres e outros não-cobertos, com efeitos regressivos. (Tradução livre)<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> Ibidem, p.145. “Esto, en términos cualitativos significa que no son sujetos con participación activa en el sistema de seguridad social, sino beneficiarias de programas de asistencia social, lo que impide su acceso a la ciudadanía social plena en las mismas condiciones que los hombres”

<sup>84</sup> MESA-LAGO, Carmelo. Reformas estructurales y Re-reformas de pensiones, y sus efectos en el bienestar social: el caso de Chile. In: *Política y sociedad*, v.53, n.5, 2015, p.730. “El Estado financia todos los costos de la transición: el déficit operacional resultante del cierre del sistema público, el valor de las cotizaciones pagadas al sistema público por los asegurados que se cambiaron al sistema privado (‘bono de reconocimiento’), el

Ou seja, o neoliberalismo, implantado pela elite empresarial e pelos militares, defende a intervenção mínima do Estado, mas quando chega a hora de assumir a responsabilidade por atos que lhe causariam prejuízo financeiro, querem que o Estado os salve. Eles devem ficar apenas com o lucro e o Estado com o prejuízo. A sustentabilidade do projeto neoliberal de previdência através de superávit fiscal apoiado nos impostos sobre todas as faixas de renda expressa claramente como a previdência não é vista como um direito, mas como mais uma forma de lucro dos empresários. No Chile neoliberal não se tem o direito de envelhecer bem, os indivíduos são tratados como máquinas de dinheiro até o fim da vida.

Assim, a reforma do sistema de previdência não se deu sem protestos. A ditadura enfrentou resistência contra as reformas e, mesmo após a redemocratização, o movimento contra as AFPs precisou ser continuado, já que os aposentados no Chile continuaram a não ver melhora em sua situação. Assim, em 2008 é feita uma nova reforma, dessa vez com a presidente Michelle Bachelet. A discussão de um novo sistema começou em 2006, quando a presidente instalou uma comissão, em diálogo com a sociedade, para debater e apontar os erros das AFPs que deveriam ser corrigidos. A comissão chegou a um relatório que foi incorporado em um novo projeto de lei, sendo aprovado em 2008.<sup>85</sup> O contexto global de crise econômica, colocou em xeque o sistema neoliberal do país – assim como ocorreu em 1982 – o que favoreceu a luta dos movimentos sociais, que passaram a ter suas reivindicações no centro do debate.

Entre os avanços da reforma, destacam-se a cobertura obrigatória para trabalhadores autônomos e a cobertura voluntária para trabalhadores não remunerados, como as donas de casa, além de subsídio estatal nos dois primeiros anos de ingresso do jovem no mercado de trabalho. A nova reforma criou, também, duas “pensões solidárias” que são financiadas pelo Estado, a *Pensión Básica Solidaria* (PBS) e o *Aporte Previsional Solidario* (APS). A primeira é uma previdência concedida àqueles que não tinham contribuição suficiente, enquanto o segundo é uma forma de complementar as pensões de quem tem 65 anos ou mais e que as contribuições não são muito baixas, garantindo uma aposentadoria mais digna.<sup>86</sup> Apesar de ser um avanço para a conquista da previdência social, o modelo ainda está longe do ideal, sendo motivo para protestos até hoje.

---

costo diferencial de las pensiones mínimas y las pensiones no contributivas; también garantiza las pensiones en caso de quiebra de una AFP. [...] Esos costos son financiados por toda la población a través de impuestos (sobre todo al consumo), incluyendo a los pobres y otros no cubiertos, con efectos regresivos”

<sup>85</sup> MESA-LAGO, Carmelo.; BERTRANOU, Fabio. Pension reforms in Chile and social security principles, 1981-2015. In: *International social security review*, v.69, 2016, p.26

<sup>86</sup> MESA-LAGO, Carmelo. Reformas estructurales y Re-reformas de pensiones, y sus efectos en el bienestar social: el caso de Chile. In: *Politica y sociedad*, v.53, n.5, 2015., p.730-731

Isso pois, a nova reforma falha em mudar a principal razão para os protestos contra o Sistema privado de previdência: as AFPs, que são a pedra fundamental das pensões chilenas. Fica claro que o modelo não irá mudar para um sistema mais justo e que sirva aos interesses dos trabalhadores enquanto as AFPs existirem. Luis Mesina mostra que sua indignação com o sistema também perpassa pelo seu fundamento de lucro: “Onde é financiado o banco Santander? No Chile, e graças a seu sistema previdenciário. É financiado com nossas poupanças previdenciárias e expande seu negócio em Massachusetts, um dos estados mais ricos dos Estados Unidos.”<sup>87</sup> O líder do movimento No+AFP critica, portanto, como os lucros das pensões nem ao menos ficam para o povo chileno, mas para eles sobra o prejuízo do declínio social que o sistema traz.

Em outro texto publicado em 2017, pouco antes dos protestos em larga escala, mas quando as tensões no país já estavam em alta. Mesina propõe um novo sistema, em muito parecido com o que temos no Brasil atual ou em outros países como Argentina.<sup>88</sup> Mesina demonstra sua visão de que a previdência deve ser, antes de tudo, social e para o bem coletivo. A maneira como as AFP funcionam, de que os benefícios são de responsabilidade e contribuição individual, não é sustentável em uma sociedade.

Não há notícia, ao longo da história, de nenhuma sociedade em que quem trabalha não mantenha os que não trabalham. Não é possível imaginar que as crianças, os inválidos e os idosos não sejam mantidos por quem pode trabalhar. Não participar dessa ideia, desse princípio, supõe ser partícipe do mais absoluto individualismo e egoísmo, o que por essência é contrário ao pensamento da maioria dos seres humanos e, portanto, oposto a seguridade social. Em consequência, os experimentos de absoluta capitalização têm demonstrado ser um absoluto fracasso para as pensões de velhice e invalidez. (Tradução livre)<sup>89</sup>

O líder do movimento propõe, portanto, que seja criado um novo Sistema baseado na solidariedade de gerações, em que os benefícios de previdência dos aposentados sejam arcados pelos trabalhadores na ativa, para garantir uma renda mínima com dignidade aos que não podem mais trabalhar, como já acontece em outros países. Mesina também justifica o novo sistema

---

<sup>87</sup> LIMÓN, Tinta. Chile em chamas: a revolta antineoliberal. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.131

<sup>88</sup> Argentina que também teve um sistema privado de previdência, mas nacionalizou-o em 2008, seguindo a tendência global

<sup>89</sup> MESINA, Luís. Chile y las AFP: a 36 años un sistema totalmente fracasado. In: *El cotidiano*, n.204, 2017, p.87. “No hay noticia, a lo largo de la historia, de ninguna sociedad en la que quienes trabajan no mantengan a los que no trabajan. No es posible imaginar que los niños, los inválidos y los ancianos no sean mantenidos por los que sí pueden trabajar. No participar de esta idea, de este principio, supone ser partícipe del más absoluto individualismo y egoísmo, lo que por esencia es contrario al pensamiento de la mayoría de los seres humanos y, por tanto, opuesto a la seguridad social. En consecuencia, los experimentos de absoluta capitalización han demostrado ser un absoluto fracaso para las pensiones de vejez y de invalidez

sobre a ótica de como várias sociedades humanas funcionaram ao longo da história, com os mais novos amparando os mais velhos, e demonstra como a lógica neoliberal deturpou o “modo natural” que o trabalho acontece na sociedade.

Vemos o porquê de Mesina acreditar ser essa a solução quando olhamos os dados sobre as previdências no Chile. Em um estudo realizado em 2016 pela Fundação Sol, observou-se que 90% dos idosos recebiam até 220 dólares (155 mil pesos chilenos) por mês das AFPs, quanto a taxa de retorno comparado com o salário de quando ainda estavam no mercado de trabalho era 41% para os homens e ainda mais baixo para as mulheres, 33%.<sup>90</sup> Isso leva que muitos idosos voltem a trabalhar mesmo recebendo aposentadoria, já que essa era menor que o salário mínimo do país à época do estudo (cerca de 300 mil pesos chilenos).<sup>91</sup>

Portanto, com o discurso apresentado pelo líder do movimento contra o sistema de pensões durante os protestos de 2019, vemos que essa é uma consequência direta da ditadura militar chilena. O surgimento das AFPs mostra mais uma vez o conluio dos militares com o setor empresarial chileno e com as multinacionais, que se beneficiaram imensamente ao tornar um direito básico em especulação monetária. Os interesses da cúpula militar se alinharam perfeitamente com o empresariado pois só conseguiram se manter no poder graças a eles, que lhe proporcionaram o capital político e econômico necessário, além do apoio internacional também, utilizando a melhora econômica, em números, para vender uma imagem de desenvolvimento do país, apesar de que, quando chegou a crise de 1982, foi a intervenção estatal que salvou a economia.

Porém, o medo de uma crise retornar, bem como de desagradar os próprios militares, permitiram a continuidade do sistema privado mesmo após a redemocratização, mas com mudanças necessárias para a continuidade das AFPs. Entretanto, a legitimidade do sistema continua fraca, como evidenciado pelos protestos. Vemos claramente como o principal problema do sistema é aquilo que o fundamenta: as AFPs, e enquanto existirem, continuarão sendo alvo de protestos, como o de 2019, e terão sua legitimidade questionada.

---

<sup>90</sup> GIMÉNEZ, María J. Golpe no Chile: a previdência privada como herança de Pinochet. In: *Brasil de fato*, 11 de set. de 2016. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2016/09/11/golpe-no-chile-a-previdencia-privada-como-heranca-de-pinochet>. Acesso em 24 de ago. de 2024.

<sup>91</sup> APOSENTADOS são símbolo da desigualdade no Chile. *Folha de São Paulo*, 16 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/aposentados-sao-simbolo-da-desigualdade-no-chile.shtml>. Acesso em 24 de ago. de 2024.



### CAPÍTULO III – Tudo é mercadoria, inclusive a água

Os dois principais desafios da ditadura após a tomada do poder foram: a economia enfraquecida e a falta de preparo dos militares para fazer política. A Marinha, portanto, ficou com a pasta econômica do país, sendo auxiliada por civis do Partido Democrata Cristão chileno: “Eles desenharam políticas econômicas moderadas, que incluíam reprivatização de fábricas, fazendas e minas, removendo o controle de preços e de tarifas de importação.” (Tradução livre)<sup>92</sup> Portanto, os militares trataram de entregar as empresas dos setores primário e secundário<sup>93</sup> que eram propriedade do Estado para o controle privado, realizando a abertura comercial que beneficiaria as multinacionais.

A Marinha recrutou seus conselheiros técnicos dos *Gremialistas*, grupo católico conservador da *Universidad Católica de Chile*, e dos *Chicago Boys*. O setor econômico tradicional chileno defendia uma liberalização gradual, pois já estavam acostumados com o protecionismo do Estado e os subsídios que recebiam. Já o setor financeiro emergente era mais radical em suas posições, defendendo a liberalização rápida, pois tinham uma “grande concentração de ativos líquidos.”, significando que tinham capital disponível a qualquer momento, que não depende de outros fatores para sua liberação, como é o caso de investimentos de longo prazo que ficam retidos por um certo período de tempo. Entretanto, Roberto Kelly, o oficial da marinha responsável pela *Oficina de Planificación Nacional*<sup>94</sup>, inicialmente seguiu com a proposta de liberalização gradual devido a sua aproximação ao setor tradicional.<sup>95</sup>

O plano moderado se mostrou ineficaz e a situação econômica piorou após a crise do petróleo de 1973. Assim, além disso, quatro fatores colaboraram para a ascensão dos tecnocratas radicais ao poder: o enfraquecimento da posição dos Democratas Cristãos devido a piora na crise econômica; os militares reconhecerem a competência dos tecnocratas em fazer reformas que só seriam possíveis em um regime autocrático; os *Chicago Boys* ganharam mais visibilidade após Friedman<sup>96</sup> aparecer em uma conferência em 1975, com seu líder no Chile Sergio de Castro se tornando ministro da Economia logo após a aparição; e, finalmente, as

---

<sup>92</sup> BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31, 2013, p.304. “They drew up moderate economic policies, which included reprivatising factories, farms, and mines, and removing price controls and import tariffs.”

<sup>93</sup> Setor primário diz respeito as atividades produtivas de matéria-prima, como fazendas, enquanto o secundário diz respeito à indústria.

<sup>94</sup> A ODEPLAN, atual Ministério de Desenvolvimento do Chile.

<sup>95</sup> BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31, 2013, p.304

<sup>96</sup> Milton Friedman (1912-2006) foi um economista da Universidade de Chicago e expoente do neoliberalismo

companhias financeiras e de mercado ganharam mais poder graças à abertura para o mercado internacional, impulsionando a campanha pelas reformas radicais.<sup>97</sup>

Um dos setores afetados por essas reformas radicais, foi o da água, que gerou sérias consequências para a disponibilidade do recurso. Portanto, outro ponto importante levantado nos protestos de 2019 foi a questão hídrica do país. O Chile passa por constantes períodos de seca não naturais há cerca de dez anos, que afetam principalmente as regiões e populações mais vulneráveis do país<sup>98</sup>, colocando em xeque a administração dos recursos hídricos e as políticas públicas que a guiam. Políticas essas que foram implementadas durante o regime de Pinochet. O Código de Águas do Chile sofreu significativa reforma, que colocou os recursos hídricos nas mãos de entidades privadas, com poucas regulações.

O Código da Águas anterior foi implementado em 1967 pelo presidente Frei Montalva<sup>99</sup>, que estatizou a água do país em oposição ao Código de 1951, instalado por Carlos Ibáñez del Campo, que privatizou as águas chilenas. A diferença do novo Código da Água para o de 1951 é que a água não era vista como uma commodity separada da terra. Inicialmente, os civis que aconselhavam o governo queriam voltar para o Código de 1951, pois ele apresentava certas garantias legais sobre os direitos privados da água, entretanto, os economistas da pasta conseguiram convencer que a reforma separasse a água da terra e a tratasse como uma commodity.<sup>100</sup>

Por ser tratada como propriedade privada, inicialmente havia o plano de cobrar uma taxa pela detenção dos direitos de propriedade. Entretanto, o setor agro fez uma forte oposição a essa proposta, que terminou por ser rejeitada. O novo Código da Água atribui um valor ao recurso e permitia a alocação de direitos da água sem custo algum, o que acaba por gerar uma especulação sobre esse recurso essencial, permitindo a grande parte da água estar sob o controle das grandes indústrias. Então, graças ao apoio do mercado e de Pinochet, bem como a ideia de que os

---

<sup>97</sup> BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31, 2013, p.305

<sup>98</sup> No começo de 2024, mais um alerta foi emitido para a escassez de água potável, em especial, no norte do país, como noticiado em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/03/seca-persistente-esta-esgotando-agua-potavel-do-chile.shtml>.

<sup>99</sup> Eduardo Frei Montalva, presidente do Chile entre 1964 e 1970. Seu filho, Eduardo Frei Ruiz-Tagle também foi presidente do país entre 1994 a 2000.

<sup>100</sup> BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31, 2013, p.304-306

Chicago Boys eram uma parte neutra e puramente técnica, o Código da Água foi aprovado em 1981, ou tão aprovado quanto uma lei pode ser durante um período totalitário.<sup>101</sup>

A reforma de 1981 criou duas novas categorias legais de direitos sobre a água: o de consumir e de não consumir. O direito de consumir a água diz respeito à água sem tratamento que não poderia ser reutilizada sem prejudicar o ecossistema, como a utilizada pela indústria, mineração e consumo próprio, ou seja, seria a água consumida em sua totalidade, tornando-a não própria para reutilização enquanto não fosse tratada conforme apropriado. Entretanto, apesar de estar disposto que essa água não poderia retornar sem ser tratada, uma parte dela acaba voltando para sua fonte, contaminando o local. Já o direito de não consumo versa sobre as atividades de uso da água que não implicam sua perda, como é o caso de hidrelétricas.<sup>102</sup> Nota-se, porém, que mesmo que as águas das hidrelétricas não sejam contaminadas, não significa que esses empreendimentos não causem danos ao meio ambiente, já que podem provocar disrupção no ecossistema.

Os direitos dos entes privados sobre as águas chiles estão, inclusive, respaldados pela própria Constituição do país, que em seu artigo 24 diz: “Os direitos dos particulares sobre as águas, reconhecidos ou constituídos em conformidade com a lei, outorgarão a seus titulares a propriedade sobre eles.” (Tradução livre).<sup>103</sup> Ou seja, o dono da água não possui apenas o direito de utilizar o recurso, mas ele possui a propriedade efetiva dele. O Código de Águas também faz a distinção entre o direito de propriedade sobre as águas e sobre a propriedade das terras, o que acaba alienando as comunidades locais de direitos sobre os recursos hídricos em seu território, facilitando a exploração e apagamento dessas populações, já que ao tirar o direito dessas populações de usufruírem das águas que correm por seus territórios, tiram também sua capacidade de se sustentarem como comunidades, impedindo atividades essenciais como agricultura e a própria sobrevivência..<sup>104</sup>

O Código, entretanto, não se manteve o mesmo após o fim da ditadura. A primeira tentativa de reforma ocorreu em 1992, durante a transição democrática, e estabeleceu a restrição da aquisição de direitos da água para especulação (cancelando os que não forem usados em

---

<sup>101</sup> Ibidem, p.307

<sup>102</sup> LARRAÍN, Sara. El agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado. In: *Polis: Revista latinoamericana*, n. 14, 2006, p.2

<sup>103</sup> CHILE. [Constituição de 1980]. Constitución Política de la República de Chile de 1980. Santiago, Poder Ejecutivo, [2022], p.21. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/181/constitucion-politica-republica-chile>.

<sup>104</sup> LARRAÍN, Sara. El agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado. In: *Polis: Revista latinoamericana*, n. 14, p.304-306

cinco anos), a expansão da *Dirección General de Aguas* ou DGA<sup>105</sup>, exigindo uma justificativa para os novos direitos de propriedade de águas, bem como a inclusão de medidas ecológicas. A medida sofreu bastante oposição dos conservadores e da maioria direitista do Senado, até que o governo de Patricio Aylwin retirou a proposta.<sup>106</sup>

Outra reforma aconteceu em 1996, com Frei Ruiz-Tagle, e ao contrário da proposta anterior de cancelar os direitos não usados, o novo projeto previa apenas uma multa para esses casos. O setor de mineração era o que mais possuía esses direitos não utilizados, portanto foi o que mais se opôs a essa previsão. A nova reforma incluía também mais autoridade para a DGA na regulação das águas subterrâneas e na extração ilegal. As alterações ao Código foram aprovadas em 2005.<sup>107</sup> Apesar das alterações ao texto de lei original, elas não tocam na questão central do problema levantado por ativistas e pela população em geral: que um bem de uso comum e essencial a vida como a água não deveria estar nas mãos dos entes privados.

Mas afinal, quem seria esses entes privados? Em sua grande maioria, tratam-se de multinacionais que atuam no ramo das hidrelétricas e mineração. Por exemplo, em 2010, havia o projeto de represar o rio Baker (o mais caudaloso do Chile, extenso e com grande volume de água) em Aysén pela Hidroaysén, uma sociedade de controle majoritário estrangeiro, pois 51% pertence à empresa ENDESA Chile, que é propriedade da ENDESA Espanha, que é controlada pela ENEL, uma empresa italiana. Havia também a iniciativa de represar os rios Cuervo, Blanco y Cóndor pela companhia Energía Austral, propriedade da mineradora Suíça Xstrata Copper.<sup>108</sup>

Ambos os projetos foram alvos de sérios questionamentos nos estudos feitos por especialistas ambientais, mas devido ao lobby das empresas, essas questões foram sendo contornadas, até que finalmente, após pressão popular, o projeto da HidroAysén foi abandonado em 2014<sup>109</sup> e do Rio Cuervo em 2017<sup>110</sup>. É interessante notar como esses projetos não vêm sozinhos e são aproveitados para construir outros empreendimentos de interesse nacional, mas nas mãos de multinacionais. Por exemplo, linhas de transmissão de energia são necessárias para

<sup>105</sup> Órgão regulador dos recursos hídricos do país

<sup>106</sup> BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31., 2013, p.310

<sup>107</sup> Ibidem, p.311-313

<sup>108</sup> ORTIZ, Patricio Segura. Hidroaysén y Energía Austral quieren represar la Patagonia y la condenarla a convertirse en la gran pila de Chile. In: LARRAÍN, Sara; POO, Pamela (orgs.) *Conflictos por el agua en Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado*. Santiago: Chile Sustentable, 2010, p.349-351

<sup>109</sup> Chile fecha a comporta da HidroAysén e a Patagônia comemora: Envolverde, 2014. Disponível em: <https://envolverde.com.br/arquivo/chile-fecha-comporta-da-hidroaysen-e-patagonia-comemora/>

<sup>110</sup> Energía Austral renuncia la construcción de represa en Río Cuervo: La Izquierda Diario. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.cl/Energía-Austral-renuncia-la-construcción-de-represa-en-Río-Cuervo>

a condução da energia dessas hidrelétricas e elas também são de controle internacional. A Transelec, companhia responsável por sua construção e administração, é controlada pela Brookfield Asset Management, uma empresa canadense. A construção das linhas de transmissão afetou sete regiões<sup>111</sup>

A privatização dos rios afetou também as comunidades locais que dependem deles para sobrevivência. Como no caso do rio Baker, que passa por dentro de propriedades de pequenos agricultores, mas esses não podem usá-lo para suas produções pelo o rio ser propriedade da Endesa. A oposição à construção dessas represas parte não apenas das comunidades locais, mas também do setor empresariado turístico, que depende da preservação das águas para seus negócios.<sup>112</sup> Segundo Ortiz:

A Comissão Mundial de Represas estabeleceu que os territórios onde se constroem as represas aumentam os problemas mentais e físicos, há programas de mitigação, reassentamento e desenvolvimento inadequados, e que a permanente desconsideração de comunidades abaixo de represas conduziram ao empobrecimento e sofrimento de milhões. De onde saem os recursos para a infraestrutura e serviços públicos necessários para a população flutuante trazida pelo projeto? Provavelmente, de outras zonas da região, que deveriam se sacrificar pelas necessidades da empresa. (Tradução livre)<sup>113</sup>

Vemos, portanto, como apesar da justificativa de crescimento econômico, a construção de grandes projetos hidrelétricos mais prejudica a população local do que trazem benefícios. A consequente perda econômica acarreta problemas psicológicos nessas pessoas que podem chegar a afetar gerações. Notamos também como o impacto não se restringe apenas à comunidade localizada no território do projeto, mas às adjacentes também são afetadas por receberem essas populações deslocadas, sobrecarregando os serviços públicos que muitas vezes já são precarizados. Tais fatos também são fontes de violências urbanas, como preconceitos com os indivíduos deslocados, falta de moradia digna e subemprego.

---

<sup>111</sup> ORTIZ, Patricio Segura. Hidroaysén y Energía Austral quieren represar la Patagonia y la condenarla a convertirse en la gran pila de Chile. In: LARRAÍN, Sara; POO, Pamela (orgs.) *Conflictos por el agua en Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado*. Santiago: Chile Sustentable, p.351

<sup>112</sup> Ibidem, p.352

<sup>113</sup> Ibidem, p.353-354. “La Comisión Mundial de Represas estableció que en los territorios donde se construyen las represas aumentan los problemas mentales y físicos, hay inadecuados programas de mitigación, reasentamiento y desarrollo para desplazados, y que la permanente desconsideración comunidades aguas abajo de represas han conducido al empobrecimiento y sufrimiento de millones. ¿De dónde saldrán los recursos para la infraestructura y servicios públicos necesarios para la población flotante que traería el proyecto? Probablemente, de otras zonas de la región, que deberían sacrificarse por las necesidades de la empresa”

Foi também na ditadura que outro golpe na soberania nacional e ambiental foi dado: a privatização das mineradoras chilenas. O Chile é o maior produtor de cobre do mundo<sup>114</sup>, sendo essa uma das suas maiores fontes de exportação e renda do país. A privatização das mineradoras e da exploração é mais um ataque ao poder do Estado, que tem até mesmo sua capacidade econômica diminuída em favor dos interesses estrangeiros. Porém, a questão das mineradoras também afeta as águas. Um dos projetos de mineração mais polêmicos do Chile foi debatido em 2006, o Pascua Lama, na região do Atacama, liderado pela mineradora canadense Barrick Gold. A mina seria constituída perto de comunidades indígenas do local, contaminando a água, o que provocou uma série de protestos não apenas da população da região, mas em âmbito internacional também. Uma preocupação que surgiu com o projeto foi a destruição das geleiras que estão na zona de impacto do local. Como forma de contornar esse discurso, a empresa Barrick Gold propôs “mover” as geleiras para outro local, ignorando o ponto central da questão, que não se trata apenas da conservação da geleira em si, mas de todo o ecossistema local que seria afetado pela ganância capitalista.<sup>115</sup> O projeto foi iniciado, mas posteriormente terminado em 2020 por decisão judicial após as denúncias dos danos ambientais causados pela mineradora.<sup>116</sup>

As privatizações iniciadas por Pinochet não pararam com as construções de hidrelétricas e as mineradoras, mas as companhias de abastecimento de água e esgoto também entraram no rol. Os princípios que orientaram suas privatizações foi que resolveria o problema da cobertura do serviço, por proporcionar uma entrega mais eficiente; e acreditavam que deveriam estimular a competitividade, facilitando a entrada das multinacionais no país ao desregular o setor. A privatização desse sistema ignorou a consulta popular, pois em pesquisa feita durante a privatização da ESSBÍO (empresa responsável pela distribuição de água da VIII Região do Chile, o Bío-Bío), 99,09% dos entrevistados se mostraram contra o processo.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> A Codelco do Chile continua a ser o maior produtor de cobre do mundo: *Prensa Latina*, 2024. Disponível em: <https://www.prensalatina.com.br/2024/05/29/a-codelco-do-chile-continua-a-ser-o-maior-produtor-de-cobre-do-mundo/>

<sup>115</sup> BOTTARO, Lorena; LATTA, Alex; SOLA, Mariana. La politización del agua en los conflictos por la megaminería: discursos y resistencias en Chile e Argentina. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 97, 2014, p.101-103

<sup>116</sup> Tribunal confirma fim do projeto da mineradora Barrick Gold por danos ambientais: Estado de Minas, 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/09/17/interna\\_internacional,1186417/tribunal-confirma-fim-do-projeto-da-mineradora-barrick-gold-por-danos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/09/17/interna_internacional,1186417/tribunal-confirma-fim-do-projeto-da-mineradora-barrick-gold-por-danos.shtml)

<sup>117</sup> LARRAÍN, Sara. El agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado. In: *Polis: Revista latinoamericana*, n. 14, 2006, p.6-7

Não apenas a reforma não melhorou a distribuição da água, como na verdade piorou. A privatização dos direitos à água acentuou a desigualdade em sua distribuição e acesso. Ao contrário do que diziam os princípios que nortearam o processo de entrega do sistema para a iniciativa privada, as taxas de consumo de água potável diminuíram em face da exploração do lucro excessivo por parte das empresas:

Segundo as cifras compiladas por organismos governamentais do Chile, e em particular da organização de consumidores ODECU, existem diferenças de até 400% entre as taxas de água ao longo do país, concentrando-se as maiores altas na zona centro-norte. Uma consequência direta dessas altas tem sido a redução do consumo de água potável, não por uma maior deficiência no uso do recurso, mas sim porque que os lugares não contam com a renda suficiente para pagar seu consumo normal de água potável. (Tradução livre)<sup>118</sup>

A precarização dos empregos, o alto endividamento das famílias e as altas taxas de cobradas pelo serviço essencial de abastecimento de água faz com que as famílias de menor renda sejam obrigadas a diminuir seu consumo de água potável, comprometendo seu dia a dia. É especialmente cruel que as taxas estejam maiores onde a seca é maior no norte do país<sup>119</sup>, sendo justificada pela oferta e demanda do recurso. Os custos do tratamento de esgotos são arcados completamente pela população, levando as empresas a não terem nenhum custo adicional com o serviço que deveriam fazer. Tal fato prejudica as famílias com salários menores, já que os custos com a água são altos, por essa razão, o Estado entra em cena com um auxílio para ajudar essas famílias a pagar a tarifa de água, tratando-se, no final das contas, de um subsídio indireto às empresas. Além desse auxílio, o Estado também garante às empresas uma rentabilidade de 10,3%, que sai dos cofres públicos.<sup>120</sup> Mais uma vez, vemos como o neoliberalismo trata de maximizar os lucros das empresas e repassar os prejuízos ao Estado e à população.

Todas essas insatisfações foram também representadas nos protestos de 2019, impulsionadas pela crise hídrica enfrentada constantemente pelo país. A entrevistada da Tinta Limón, Francisca “*Pancho*” Fernández, expõe seus objetivos durante o protesto:

O que queremos é desprivatizar, por meio de um novo corpo normativo que não passe necessariamente pelo Estado. Com isso, não queremos dizer que em certo nível, como

<sup>118</sup> Ibidem, p.10. “Según las cifras recopiladas por organismos no gubernamentales en Chile, y en particular de la organización de consumidores ODECU, existen diferencias de hasta 400% entre las tarifas de agua a lo largo del país, concentrándose las mayores alzas en la zona centro-norte. Una consecuencia directa de estas alzas ha sido la reducción del consumo de agua potable, no por una mayor eficiencia en el uso del recurso, sino debido a que los hogares no cuentan con los ingresos suficientes para pagar su consumo normal de agua potable.”

<sup>119</sup> Seca prolongada está dificultando acesso a água potável no Chile: Um Só Planeta, 2024. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2024/03/20/seca-prolongada-esta-dificultando-acesso-a-agua-potavel-no-chile.ghtml>

<sup>120</sup> LARRAÍN, Sara. El agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado. In: Polis: Revista latinoamericana, n. 14, 2006, p.10

o sanitário, não seja fundamental uma mistura entre comunidade e município. De todas as formas, esse país é tão privatizado que nem sequer temos esse tipo de possibilidade.<sup>121</sup>

Fernández é integrante do *Movimiento por el Agua y los Territorios* (MAT), que busca uma nova forma de administrar os recursos hídricos do país. Vemos, então, como para o Movimento (e para ela), não se busca a desprivatização da água para em seguida estatizá-la, mas sim o controle hídrico pelas comunidades locais, que são as mais afetadas pelos recursos. É interessante notar também como a neoliberalização de todas as esferas públicas e sociais do país afasta até mesmo a ideia da possibilidade de mudança dessa realidade, como vista pela fala de Fernández. Ela segue explicando a lógica do movimento:

[...] o MAT não espera uma nacionalização da água, não só por não parecer haver, dentro do Estado neoliberal, possibilidade de propor a nacionalização, mas porque, ademais, nos entendemos como um movimento ‘plurinacional’. E somos distintos povos em um processo de recuperação territorial e, conseqüentemente, da água. A ideia de ‘gestão comunitária da água’ é uma fórmula que propomos para pensar mecanismos específicos de gestão desse bem natural, com toda a diversidade que ela implica.<sup>122</sup>

Aqui vemos que diferentemente do Código, não há separação entre água e território. A água pertence ao povo que ali habita, e muitos são os povos existentes no Chile. A plurinacionalidade do país foi questão central e divisiva durante os protestos – e até hoje – com o seu reconhecimento tendo aparecido na primeira versão apresentada da nova Constituição proposta em 2022<sup>123</sup>. Ela está intrinsecamente ligada ao reconhecimento da autonomia dos povos indígenas, o que naturalmente se opõe aos interesses capitalistas que desejam explorar os territórios desses indivíduos.

Após a subida de Gabriel Boric ao poder, em 2022, uma reforma do Código de Águas foi proposta em 15 de março, quatro dias depois da investidura do novo presidente. Entre os artigos do novo texto, destacam-se a garantia de proteção da água e da terra dos territórios indígenas por parte do Estado, reconhecendo o caráter de vulnerabilidade e autonomia dessas populações. O texto também prioriza o uso das águas para o consumo humano e de subsistência em detrimento da indústria e mineração. Seguindo o polêmico caso do Pascua Lama, a lei também proíbe os direitos sobre regiões de geleiras.<sup>124</sup>

<sup>121</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.235

<sup>122</sup> Ibidem, p. 230

<sup>123</sup> Plurinacionalidade indígena em nova Constituição divide opiniões no Chile: Correio Braziliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/09/5033734-plurinacionalidade-indigena-em-nova-constituicao-divide-opinioes-no-chile.html>

<sup>124</sup> CHILE, Lei nº 21435 de 25 de março de 2022. Reforma el Código de Aguas. Santiago, 2022.



A nova reforma começa a abrir os caminhos para a estatização dos recursos hídricos do Chile, porém ainda não é o suficiente para tratar o problema reivindicado no *Estallido Social*. Estabelece novas regulações e limita temporalmente a posse dos direitos para 30 anos<sup>125</sup>, porém o controle ainda está com as multinacionais e não com os povos que realmente dependem desses recursos. Portanto, após sofrer com a privatização das águas em 1957, posterior estatização em 1967 e novamente ter a água privatizada com a ditadura militar, o movimento pelos recursos hídricos mostra-se cansado de ter um bem de uso comum e essencial à vida tratado como uma mera commodity que pode ser vendido e trocado a depender da posição política de quem está no poder. A defesa do controle das águas pelo povo do território em que se localizam vai contra os princípios do neoliberalismo, mostrando o descontentamento da população com as altas tarifas cobradas e com a administração prejudicial ao meio ambiente que as empresas empregam.

### Considerações Finais

Os protestos de 2019 no Chile foram significativos por sua dimensão e mudança radical que provocou no tecido político do país, pelo menos, durante um primeiro momento. Eles nascem de um despertar político que já estava sendo gestado há anos, principalmente durante os protestos estudantis que conseguiram amplo apoio popular. Camila Rojas, a entrevistada da fonte desde trabalho exemplifica a sensação da população até o momento da publicação da obra:

Até o dia 18 de outubro, primava a sensação de que todos no Chile eram de classe média. A classe política se dirigia à classe média, todos se reconheciam como classe média. Mas isso era possível precisamente, por uma vida construída por meio do crédito. [...] E é algo que atravessa a todos, é a profundidade do neoliberalismo no Chile. É muito constitutivo. Aqui existem essa internalização da dívida e uma vida que gira em torno dela. Se não fosse pelo crédito, a linha de pobreza estaria em outro patamar, a fome estaria em outro patamar.<sup>126</sup>

O neoliberalismo do país, portanto, se sustentava através do crédito oferecido pelas empresas privadas como os grandes bancos e por meio de subsídios estatais que serviam para cobrir não apenas os possíveis prejuízos dessas empresas, mas também para amparar a população mais pobre. A consequência da necessidade de crédito desenfreada passa a ser o endividamento dos indivíduos, que já ingressam na vida adulta com dívidas grandes devido à educação superior, seja ela pública ou privada.

---

<sup>125</sup> Ibidem

<sup>126</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.82

A reforma estudantil de 1981 acentuou essa desigualdade ao promover e acelerar a criação de institutos privados em detrimento da qualidade do ensino. O enfraquecimento das tradicionais universidades públicas<sup>127</sup> (que ainda assim eram pagas) servia duplamente para agradar o mercado com a criação de faculdades particulares e para limitar o poder das resistências estudantis que tinham essas universidades como centro.

A proliferação da educação privada levou também a criação de centros de ensino técnico, que surgem como uma forma de precarização do ensino e da força de trabalho, já que formam profissionais em categorias desvalorizadas. Essa prática não acabou com a ditadura, sendo mantida durante os governos democráticos que se seguiram, continuando também com os subsídios estatais para que os alunos pudessem arcar com os custos do ensino superior.<sup>128</sup>

A precarização da educação provocada pelo neoliberalismo acabou culminando em um dos maiores e mais influentes protestos do país em 2006, a Revolta dos Pinguins, liderados pelos estudantes secundaristas. O aumento das tarifas de transporte público e da aplicação da prova de acesso ao ensino superior provocou os estudantes a tomarem as ruas em protesto durante os governos de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Das manifestações o resultado foi a queda do ministro do Interior e da Educação, bem como a colocação da discussão sobre a situação social da educação no centro dos debates políticos do país.<sup>129</sup>

Os secundaristas, entretanto, mostraram que a classe estudantil possuía força para reivindicar suas pautas e a revolta de 2006 colocou os estudantes em evidência como atores políticos. Essa geração, portanto, seguiu com seus ideais para as universidades, quando em 2011 levaram às ruas do país outro grande número de manifestações. Os universitários exigiam mais igualdade nas oportunidades do ensino superior, bem como a regulação dessas instituições, que a cada ano aumentavam as mensalidades e obrigavam os estudantes a arcar com mais dívidas.<sup>130</sup>

A resposta do governo foi a entrada de mais subsídios para aliviar o endividamento dos alunos, além da criação de mecanismos de supervisão e controle de qualidade.<sup>131</sup> Assim como nos protestos de 2006 colocaram os secundaristas como atores políticos, os de 2011 os inseriram em definitivo na política. Muitos de seus líderes mais influentes seriam eleitos para cargos

---

<sup>127</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p.5

<sup>128</sup> Ibidem

<sup>129</sup> TORRES, Rodrigo. Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006). In: *Congreso CEISAL*, 6., 2010, Toulouse, França. Anais. Toulouse: Hal open Science, 2010, p.17

<sup>130</sup> BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p. 14-16

<sup>131</sup> Ibidem, p.19

político, como Jorge Sharp, prefeito de Valparaíso desde 2016, e o próprio Gabriel Boric, eleito presidente do Chile após a onda de protestos de 2019.

A educação, entretanto, não é a única área essencial de uma sociedade que o neoliberalismo chileno se apossou. O sistema de pensões chilenos foi totalmente privatizado, sendo garantido pelo Estado uma contribuição mínima para aqueles que não alcançarem através dos anos de trabalho. A reforma criou as Administradoras de Fundo de Pensões, que são comandadas por entes privados cujo objetivo é aplicar as contribuições de aposentadoria dos trabalhadores em investimentos. O sistema atual do Chile é baseado em três pilares fundamentais, o voluntário (que garante a pensão mínima a quem não atinge o número de contribuições esperado), o contributivo (a contribuição normal) e por fim, o complementar (de aportes esporádicos à revelia do contribuinte).<sup>132</sup>

Durante a ditadura e também com os governos democráticos, a atuação das AFPs foi sendo flexibilizada para permitir que a aposentadoria dos chilenos fosse aplicada em investimentos de risco mais alto, portanto, com maiores chances de perda. Tamanho era a desigualdade das pensões chilenas, que foi necessário reformar o sistema durante o período democrático. Em 2008, portanto, é criada a *Pensión Básica Solidaria* (PBS) e o *Aporte Previsional Solidario* (APS), que têm objetivo de complementar as contribuições e aposentadorias daqueles que não conseguem atingir o mínimo para sobreviver.<sup>133</sup>

Entretanto, o problema central continua. O modelo de aposentadoria do país tira a possibilidade de o cidadão envelhecer bem e com dignidade. O indivíduo entra na vida adulta se endividando com o ensino superior e termina na velhice ainda em dívidas que não consegue pagar devido à contribuição ínfima que não é suficiente para ter uma vida plenamente digna. O que acontece em 2019 é a reivindicação do fim desse modelo. Os manifestantes perceberam que a aplicação das aposentadorias em investimentos privados serve apenas aos interesses de banqueiros e bilionários estrangeiros, que controlam as AFPs.

Como demonstrado por Luis Mesina quando diz que “Por isso o Chile tem expandido seu capital na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos. Por isso os empresários gostam do sistema chileno, porque há dinheiro fresco e barato.”<sup>134</sup> É vantajoso para os empresários continuarem com o modelo, pois os trabalhadores chilenos simplesmente não têm opção. O velho modelo de aposentadoria de antes da reforma já não está mais disponível e não resta nada

---

<sup>132</sup> VILLANUEVA, Florencia L. El sistema privado de pensiones en Chile y sus resguardos constitucionales. In: *Revista chilena de derecho*, v.39 n°2, 2012, p.545

<sup>133</sup> MESA-LAGO, Carmelo. Reformas estructurales y Re-reformas de pensiones, y sus efectos en el bienestar social: el caso de Chile. In: *Política y sociedad*, v.53, n.5, 2015, p.731

<sup>134</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.141

além das AFPs, que continuam a usar o dinheiro da aposentadoria dos cidadãos como forma de obter maiores lucros em seus fundos.

A ganância neoliberal também cai sobre recursos mais básicos da vida, como a água. A incapacidade de administração do Estado por parte dos militares se somou à oportunidade de expansão de seus capitais particulares. Assim como a educação e as previdências chilenas, os recursos hídricos foram privatizados através da reforma do Código da Água em 1981, que estipulou a criação de direitos de propriedade vitalícios para aqueles que os possuem. O novo Código separa a propriedade da água e da terra, permitindo que multinacionais explorem os recursos hídricos de reservas naturais e comunidades mais vulneráveis.<sup>135</sup>

O sistema de distribuição e de esgoto também não passou incólume sob a justificativa de democratizar e expandir seu acesso, quando em realidade, vimos o contrário acontecer. Nas regiões que mais necessitam da água, devido à seca e crise hídrica, o consumo de água potável é menor graças às taxas altas impostas pelas companhias que detêm as empresas de distribuição.<sup>136</sup>

Essas empresas são multinacionais de países da Europa e da América do Norte, que buscam com o neoliberalismo utilizar os recursos baratos de países América da Latina, africanos e asiáticos, enquanto levam toda a geração de riqueza de volta para seus países de origem. Portanto, o neoliberalismo é uma nova forma de colonização, que com a ajuda das elites locais, colocam o povo em último lugar em detrimento de seus lucros. Considerado o berço do neoliberalismo devido a forma como foi implementado ferozmente e em todos os âmbitos da sociedade, o Chile é uma lição sobre o quão danoso é essa doutrina.

O professor e sociólogo Carlos Perez Soto, entrevistado pela Tinta Limón, resume o que acredita estar errado na forma como a sociedade chilena está estruturada:

São claros os três inimigos. O principal é o capitalismo financeiro transnacional, que está nas AFP, que está nos bancos [...]. O segundo é o capital depredador dos recursos naturais. É necessário se opor às mineradoras estadunidenses. E o terceiro é o capitalismo nacional, as grandes empresas que se organizam em torno dos fundos que lhes chegam das AFP e dos investimentos que fizeram no varejo, isto é, em mecanismos de comercialização e de endividamento [...]<sup>137</sup>

O neoliberalismo, portanto, serve aos interesses do capital nacional, alinhados com os do internacional, deixando o cidadão chileno à revelia dos caprichos do mercado, que depreda

---

<sup>135</sup> LARRAÍN, Sara. El agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado. In: *Polis: Revista latinoamericana*, n. 14, 2006, p.2

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 10

<sup>137</sup> LIMÓN, Tinta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021, p.244

o meio ambiente, destruindo as moradias e sustento das populações, bem como arruína o direito de aposentadoria dos idosos e mais vulneráveis, que se veem obrigados a retornar ao mercado de trabalho, por vezes em subempregos, para garantir um mínimo de sustento.

Vemos, então, como o *Estallido Social* não foi a primeira, nem será a última onda de protestos no país. É compreensível entender o porquê da revolta do povo chileno, que há muito tempo sofre com os efeitos neoliberais. O golpe de Estado de Pinochet e dos militares é dado para permitir que as forças do capital financeira pudessem atuar livremente, sem intervenção estatal, com exceção de quando as empresas precisaram ser socorridas da falência durante os períodos de crise econômica. Respaldados pelo apoio do mercado e pela posse do monopólio dos instrumentos de repressão, as forças armadas chilenas puderam se beneficiar financeiramente às custas do povo, seja ao manterem suas pensões ao modelo antigo e mais benéfico, seja por corrupção ativa, com desvio de dinheiro.<sup>138</sup>

É possível entender, dessa forma, que as três reivindicações dos protestos de 2019 estudadas nesse trabalho são heranças da ditadura militar. A continuidade de atores da ditadura em certos governos do novo período democrático, que não tinham interesse em reverter as reformas feitas por Pinochet, somado à violência policial contra as vozes dissidentes durante o governo de Sebastián Piñera foram estopins para a população tomar as ruas e exigir uma nova Constituição, dessa vez legítima e que represente os ideais democráticos do novo período, garantindo os direitos básicos da população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CODELCO do Chile continua a ser o maior produtor de cobre do mundo: *Prensa Latina*, 2024. Disponível em: Acesso em: 12 de ago. de 2024

AFP. Chile aprova lei que endurece punições em caso de violência escolar. In: *O Globo*, 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/chile-aprova-lei-que-endurece-punicoes-em-caso-de-violencia-escolar-23231359>. Acessado em 17 de ago. de 2024.

---

<sup>138</sup> JUSTIÇA do Chile conclui que Augusto Pinochet desviou dinheiro público: G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/25/justica-do-chile-conclui-que-augusto-pinochet-desviou-dinheiro-publico.ghtml>. Acesso em 14 de ago. de 2024

APOSENTADOS são símbolo da desigualdade no Chile. *Folha de São Paulo*, 16 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/aposentados-sao-simbolo-da-desigualdade-no-chile.shtml>. Acesso em 24 de ago. de 2024

BELLEI, Cristián.; CABALIN, Cristian.; ORELLANA, Víctor. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. In: *Studies in higher education*, v.39, 2014, p. 426-440

BOTTARO, Lorena; LATTA, Alex; SOLA, Mariana. La politización del agua en los conflictos por la megaminería: discursos y resistencias en Chile e Argentina. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 97, 2014, p. 97-115

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002

BUDDS, Jessica. Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973-2005. In: *Environment and planning D: society and space*, v. 31, 2013, p. 301-318

CHAMORRO, Sabina. Privatización y discriminación de género: estudio de caso del sistema de pensiones chileno. In: *Papeles de Europa*, v.31, n.2, 2018, p.127-148

CHILE. [Constituição de 1980]. Constitución Política de la República de Chile de 1980. Santiago, Poder Ejecutivo, [2022], p.21. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/181/constitucion-politica-republica-chile>. Acesso em: 12 de ago. de 2024

CHILE, Lei nº 21435 de 25 de março de 2022. Reforma el Código de Aguas. Santiago, 2022. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1174443>. Acesso em: 12 de ago. de 2024

CHILE fecha a comporta da HidroAysén e a Patagônia comemora: *Envolverde*, 2014. Disponível em: <https://envolverde.com.br/arquivo/chile-fecha-comporta-da-hidroaysen-e-patagonia-comemora/>. Acesso em: 12 de ago. de 2024

COSTA, Brenda. L. S.; SENNA, Mônica. de C. M. O modelo privatizado da previdência social chilena e a pandemia de covid-19: legado e tendências da desproteção social. In: *O social em questão*. Ano XXV, nº 52, jan a abr/2022, p. 61-84

ENERGÍA Austral renuncia la construcción de represa en Río Cuervo: *La Izquierda Diario*. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.cl/Energia-Austral-renuncia-la-construccion-de-represa-en-Rio-Cuervo>. Acesso em: 12 de ago. 2024

GIMÉNEZ, María J. Golpe no Chile: a previdência privada como herança de Pinochet. In: *Brasil de fato*, 11 de set. de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/11/golpe-no-chile-a-previdencia-privada-como-heranca-de-pinochet>. Acesso em 24 de ago. de 2024.

HOBBSAWM, Eric. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARRAÍN, Sara. El agua em Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado. In: *Polis: Revista latinoamericana*, n. 14, 2006, p.1-20

\_\_\_\_\_ ; POO, Pamela (orgs.) *Conflictos por el agua en Chile: entre los derechos humanos y las reglas del mercado*. Santiago: Chile Sustentable, 2010

LIMÓN, Tínta. *Chile em chamas: a revolta antineoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2021

JUSTIÇA do Chile conclui que Augusto Pinochet desviou dinheiro público: G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/25/justica-do-chile-conclui-que-augusto-pinochet-desviou-dinheiro-publico.ghtml>. Acesso em 14 de ago. de 2024

MAIS de 360 chilenos começam o ano com lesões oculares devido à repressão policial. In: *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/03/mais-de-360-chilenos-comecam-o-ano-com-lesoes-oculares-devido-a-repressao-policial>. Acessado em: 29 de setembro de 2024.

MESA-LAGO, Carmelo. Reformas estructurales y Re-reformas de pensiones, y sus efectos en el bienestar social: el caso de Chile. In: *Politica y sociedad*, v.53, n.5, 2015, p.719-739

\_\_\_\_\_.; BERTRANOU, Fabio. Pension reforms in Chile and social security principles, 1981-2015. In: *International social security review*, v.69, 2016, p.25-45

MESINA, Luís. Chile y las AFP: a 36 años un sistema totalmente fracasado. In: *El cotidiano*, n.204, 2017, p.86-90

MONTES, Rocío. Piñera suspende o aumento do preço do metro, e Exército decreta toque de recolher em Santiago. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571506476\\_320721.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/internacional/1571506476_320721.html). In: *El país*, 19 de out. De 2019. Acessado em 17 de ago. de 2024.

PLURINACIONALIDADE indígena em nova Constituição divide opiniões no Chile: *Correio Braziliense*, 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2022/09/5033734-plurinacionalidade-indigena-em-nova-constituicao-divide-opinioes-no-chile.html>. Acesso em: 12 de ago. de 2024

RULLI, Mariana. ¿Construyendo Castillos en la arena? La política de la seguridad social: las reformas de pensiones en Chile (1981-2008) y Argentina (1993-2008). In: *Revista Opera*, n.10, 2010, p.25-40

SALAZAR, Gabriel.; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile V: niñez y juventud*. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

\_\_\_\_\_. *Historia contemporánea de Chile III: la economía: mercados, empresarios y trabajadores*. Santiago: LOM Ediciones, 2002

SECA prolongada está dificultando acesso a água potável no Chile: *Um Só Planeta*, 2024. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2024/03/20/seca-prolongada-esta-dificultando-acesso-a-agua-potavel-no-chile.ghtml>. Acesso em: 12 de ago. de 2024

SUSIN, Maria O. K.; MENDONÇA, Juliana. As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. In: *Jornal de políticas educacionais*, v. 15, n.40. Agosto de 2021

TORRES, Rodrigo. Juventud, resistencia y cambio social: el movimiento de estudiantes secundarios como un “actor político” en la sociedad chilena post-Pinochet (1986-2006). In: Congreso CEISAL, 6., 2010, Toulouse, França. *Anais*. Toulouse: Hal open Science, 2010, p. 2-23

TRIBUNAL confirma fim do projeto da mineradora Barrick Gold por danos ambientais: *Estado de Minas*, 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/09/17/interna\\_internacional,1186417/tribunal-confirma-fim-do-projeto-da-mineradora-barrick-gold-por-danos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/09/17/interna_internacional,1186417/tribunal-confirma-fim-do-projeto-da-mineradora-barrick-gold-por-danos.shtml). Acesso em: 12 de ago. de 2024

VILLANUEVA, Florencia L. El sistema privado de pensiones en Chile y sus resguardos constitucionales. In: *Revista chilena de derecho*, v.39 n°2, 2012, p.541-551



ZIBAS, Dagmar. M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.13, nº 38, maio a ago/2008, p. 199-220

Eu, Eryka Araujo Portela Saboia, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado "Chile em Chamas": Uma análise histórica dos testemunhos do *Estallido Social* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Eryka Saboia

Eryka Araujo Portela Saboia